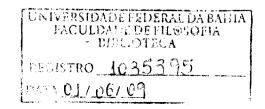
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA MESTRADO EM HISTÓRIA

ESCRAVIDÃO EM FORTALEZA: UM ESTUDO A PARTIR DOS INVENTÁRIOS POST-MORTEM (1850-1884).

Mariana Almeida Assunção

Salvador, Outubro-2002



Mariana Almeida Assunção

Escravidão em Fortaleza: um estudo a partir dos Inventários post-mortem (1850-1884).

Dissertação apresentada ao Mestrado em História da Universidade Federal da Bahia sob a orientação da professora Dra. Maria Inês Côrtes de Oliveira.

> Salvador, Outubro-2002

AGRADECIMENTOS

Devo agradecimentos às pessoas que contribuíram com este trabalho e que, cada um à sua maneira, colaboraram para a sua concretização.

Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora Maria Inês Côrtes de Oliveira que acompanhou tudo com interesse e competência, e colaborou decisivamente na versão final.

Agradeço aos professores do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC), em especial a Eurípedes Antônio Funes, orientador durante a graduação, responsável pela condução dos meus primeiros passos na pesquisa.

Aos pesquisadores e funcionários do Arquivo Público do Estado do Ceará, especialmente aos Srs. André Frota e José Carlos ("Martinho"). O primeiro, ajudou de forma bastante atenciosa nas minhas maiores dificuldades em decifrar trechos dos documentos, e o segundo, com paciência e bom humor, viabilizou meu acesso aos materiais de pesquisa.

Aos meus amigos Sinval Maciel, Ilana Amaral, Regina Luna, Camilo Veras, Salvador Tavares, Lina Luz, Irene e Jessé Alexandria, pelos momentos especiais que passamos juntos e pelo incentivo, principalmente durante a primeira etapa do trabalho. Também, agradeço aos demais colegas de pesquisa que contribuíram nas diversas discussões em seminários promovidos pela UFC e pelo Mestrado em História da UFBA, dos quais me fiz presente nos últimos anos.

Ao CNPq e à CAPES que acompanharam minha formação, desde os primeiros semestres do curso de graduação, concedendo-me bolsas de estudo.

Agradeço à minha família, aos meus pais e irmãos, que me deram o apoio emocional, essencial para a conclusão do

trabalho. Também à memória da minha irmãzinha amada, a quem dedico esta dissertação.

Finalmente, agradecimentos especiais devo a Josberto Montenegro e sua família. Josberto, de forma singular, acompanhou tudo desde o início, acreditou no trabalho e encorajou-me nos momentos mais difíceis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO08
CAPÍTULO 1
Perfil dos proprietários
de escravos em Fortaleza17
1.1.Estado civil
1.2.Ocupação e atividades profissionais17
1.3.Residência32
CAPÍTULO 2
Crioulos e mestiços: os escravos
da "terra da luz!"39
2.1.Origem, sexo e idades39
CAPÍTULO 3
Outras qualidades: ocupação,
condição de saúde e preços

3.1.Escravos especializados58
3.2.Escravos debilitados:
condição de saúde69
3.3. O preço do escravo em Fortaleza74
CAPÍTULO 4
Arranjos entre senhores e escravos:
Sobre os pecúlios para alforrias79
CONCLUSÃO 95
FONTES E BIBLIOGRAFIA98

INTRODUÇÃO

pouco discutido Α escravidão é um assunto historiografia cearense. Os poucos estudos locais sobre o tema ressaltam a inexpressividade da escravidão no Ceará, sem se faca um esforco de compreensão sobre sua aue especificidade. A despeito de existirem lacunas, entretanto, as fontes revelam um passado em que o escravo esteve presente no Ceará e atuou enquanto agente histórico.

Penso, portanto, que o correto seria não concluir pela inexpressividade da escravidão, mas conhecer que tipo de escravidão havia, quem eram os proprietários e os escravos, em que atividades estes últimos se ocupavam, e que tipo de relação social estabeleciam entre si e com seus senhores no contexto cearense.

No Arquivo Público do Estado do Ceará tive acesso a um rico material que me permitiu analisar algumas dessas questões. Trata-se da série de inventários post-mortem do Cartório de Órfãos em Fortaleza, na qual selecionei todos os inventariados que eram proprietários de escravos. Através dessa documentação, convenci-me de que o tema merece mais atenção por parte dos historiadores.

Foram levantados 405 inventários post-mortem, para o período compreendido entre 1850 e 1883/4, dos quais 213 pertenceram a proprietários de escravos. Este número representa 52,5% do total de inventários constantes naquele acervo para o referido período, cuja baliza final corresponde à abolição da escravidão no Ceará. Este trabalho trata

especificamente do resultado da análise desta série documental.

Com base no percentual de inventários pertencentes aos proprietários de escravos, procurei traçar um perfil da escravidão em Fortaleza naquele período. Ao compor este perfil, adentrei no universo social de pessoas comuns, gente de carne e osso, representada por homens e mulheres, proprietários e escravos.

Este trabalho se insere nas recentes pesquisas na linha de História Social da escravidão, na medida em que valoriza aspectos estruturais como vieses de interpretação da realidade social e como parte integrante do histórico, no qual os sujeitos sociais foram sempre presenças ativas e seus principais agentes. Persegui na documentação informações possíveis que me permitissem todas as conhecimento maior dos grupos sociais constituídos na escravidão cearense.

Sobre os proprietários de escravos, os dados foram colhidos mais frequentemente na abertura do documento, entre a descrição dos bens e nos testamentos anexos; ricos em informações relacionadas ao estado civil, nome do cônjuge,

¹ Seria aqui impossível citar as inúmeras pesquisas que se desenvolveram na linha de História Social da escravidão no Brasil, nas últimas décadas. Alguns artigos, entretanto, parecem-me importantes, porque foram, talvez, pioneiros em considerar os avanços que se deram na historiografia nesse campo. Cf.: Castro, Antônio Barros de, "A economia política, o capitalismo e a escravidão", in: Lapa, J.R. do Amaral (org.), Modos de produção e realidade brasileira, Petrópolis: Vozes, 1980, p. 67-107; Machado, Maria Helena P. T., "Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão no Brasil", in: Lara, Silvia (org.), Revista Brasileira de História, São Paulo, v.08, nº16, mar/ago, 1988, p. 143-160. Mais recentemente, dois trabalhos são bastante elucidativos: Lara, Silvia H., "'Blowin in the Wind': E.P Thompson e a experiência negra no Brasil", in: Projeto História (PUC/SP), São Paulo, n°12, 1995, p. 43-56; Reis, João José, "Slaves as agents of history: a note on the new historiography of slavery in Brazil", in: Ciência e Cultura, Journal of the brazilian association for the advancement of science, vol. 51, set/dec, 1999, p. 437-445.

dos filhos e dos herdeiros, ocupação profissional e residência.

Para os escravos, as informações apareciam mais na lista de bens do inventariado, um bem como qualquer outro. Como de praxe, a documentação forneceu-me as seguintes informações: nome do escravo (pelo qual identifiquei o sexo), origem, idade, cor, ocupação e preço. Em alguns casos os registros traziam somente o nome e o preço dos escravos. Outros continham informações adicionais tais como se possuíam filhos, se eram casados, fugitivos, doentes, etc.

Para os 213 inventariados, proprietários de escravos, foram arrolados 1.139 cativos. O censo de 1872 indicou, para Fortaleza, uma população de 1.183 escravos, compondo cerca de 6% do total de 21.372 habitantes.² Assim, creio dispor de um número considerável de escravos para a análise da escravidão cearense, visto que a relação da população livre e escrava na capital nunca ultrapassara este percentual até a abolição.³

Do total de escravos arrolados nos inventários, excluí as comprovadas duplicações, e também aqueles escravos que, ao passarem a pertencer a outros proprietários, igualmente inventariados, aparecem listados mais de uma vez na série. Esta exclusão teve por objetivo chegar a um número de escravos mais próximo da realidade, no entanto os indivíduos

² Silva, Pedro Alberto, "Declínio da escravidão no Ceará", Dissertação de Mestrado apresentada a UFPE, 1988, p. 76.

³ Entre meados do século XIX e abolição, este pequeno percentual na relação entre população livre e escrava no Ceará se confirma. Eurípedes Funes afirmou que "apesar das dificuldades decorrentes das omissões e lacunas nas estatísticas levantadas, foi possível perceber que a população escrava, no Ceará, apenas em 1819, segundo dados apresentados por Artur Ramos, chegou a 28% da população, não superando em outros momentos a casa dos 20%, decaindo já a partir da década de 1840, chegando em 1872 a 4,4% mantendo este nível até 1883/1884, quando ocorre a libertação dos escravos." Cf.: Funes, Eurípedes, "Negros no Ceará". In: Souza, Simone(org.), A nova história do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p. 107.

não foram completamente desconsiderados. Reaparecem em outras análises, visto que, através deles, foi possível chegar a importantes indícios acerca das relações entre senhores e escravos e, mesmo, da vida da comunidade escrava.

À medida que for apresentando, a seguir, o critério de periodização escolhido para o tratamento dos dados da pesquisa, irei entremeando um breve esboço da evolução da cidade no período estudado, de modo a poder introduzir alguns elementos necessários à compreensão de alguns resultados alcançados. Confesso minha dificuldade em configurar este panorama, na medida em que a baliza temporal que adotei é muito curta, de apenas quatro décadas, e os estudos sobre a história de Fortaleza, nesse contexto, são ainda escassos.

As informações obtidas nos inventários foram organizadas por décadas: 1850-59; 1860-69; 1870-79; 1880-83/4. Minha intenção foi poder, através desta periodização, extrair o máximo possível dos dados, de maneira a evidenciar possíveis transformações sociais ocorridas ao longo do período.

Para cada década foram recolhidos inventários de todos os anos, de forma sequencial, até 1883. Na série do Cartório de Órfãos de Fortaleza constam, entre os proprietários de escravos inventariados, 71, para a década de 1850-59; 61 para a de 1860-69; 67 para a década de 1870-79 e apenas 14 para a década de 1880. A extinção da escravidão na província ocorreu oficialmente em 1884, ano que norteou o final da coleta. Mas, em 1883 não havia mais escravos em Fortaleza, pois a abolição já era uma realidade na capital, o que explica não existirem inventários de proprietários de escravos para 1884.

A maioria dos escravos arrolados concentra-se nas duas primeiras décadas, que contabilizam 820 cativos. Além dos efeitos do fechamento definitivo do tráfico internacional de escravos, os anos 50 e 60 assistiriam ao início da

consolidação de Fortaleza como o mais importante núcleo econômico do Ceará, decorrente da diversificação do exportador. As rendas provinciais cresceram mercado subsidiadas pelas exportações que saíam dos portos cearenses, especialmente algodão, café, açúcar, e, emmenores proporções, a borracha e o couro. 4 O Ceará era uma região periférica nos quadros da economia brasileira, a pecuária constituía o principal suporte econômico da província; que e XVII, fora administrada durante os séculos XVI Pernambuco. Fortaleza, em meados do século XIX, além de sede político-administrativa, passava a centralizar também as transações comerciais que se desenvolviam na província "inclusive sobrepujando Aracati, cidade portuária então hegemônica no Ceará desde o século XVIII".5

Ao longo da década de 1860, ocorreu um aumento na exportação do algodão cearense, especialmente com a baixa da produção norte-americana causada pela eclosão da civil. Os lucros extraídos da produção de algodão para exportação possibilitaram tanto a transferência proprietários para a capital, quanto subsidiaram as melhorias na infra-estrutura da cidade, que então se modernizava e urbanizava. De acordo COM Lemenhe, este fluxo de proprietários do interior para capital fortaleceria o comércio interno de Fortaleza.6

Este surto de desenvolvimento econômico, que possibilitou o investimento em reformas urbanas na capital, não fez de

⁴ Lemenhe, Maria Auxiliadora, As razões de uma cidade: conflito de hegemonias, Fortaleza: Stylos Comunicações, 1991, p. 101.

Ponte, Sebastião Rogério, Fortaleza "Belle Epoque": reformas urbanas e controle social, 1860-1930, Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993, p. 28.

⁶ Lemenhe, Maria Auxiliadora, *As razões de uma...*, p. 123.

Fortaleza um núcleo urbano coeso. Ao redor da cidade havia pequenas unidades produtivas, voltadas para a lavoura de subsistência, ligadas às culturas do milho e feijão ou à produção de farinha e rapadura. Fortaleza, portanto, se desenvolvia de forma acelerada, mas, não muito diferente do que ocorria em outras províncias ao longo dos XIX, tornava-se uma tarefa difícil circunscrever as zonas urbana e rural da cidade, na medida em que havia uma presumível indefinição entre esses dois limites. A comarca de Fortaleza, nesse contexto, estava assim configurada: a capital e os distritos de Soure, Arronches, Mecejana, Paracuru, Siupé, Trairi, Maranguape, Pacatuba, Jubaia, Tubatinga, Tucunduba.⁷

Na década de 70, iniciava-se um período difícil para a provincia, que enfrentaria novas dificuldades econômicas, com a queda na exportação do algodão, devido à restrição do mercado consumidor, em razão da reestruturação da economia norte-americana. Os cearenses também enfrentaram a terrível seca de 1877-79 e, como conseqüência da escassez de chuvas, houve uma dizimação do gado e da produção agrícola, o que promoveu a migração de retirantes do interior para capital, aumentando, em muito sua população.

Nesse período, houve uma desorganização maior da mão-deobra escrava, o tráfico interno atingiu o seu auge, e o Ceará passou a ser um dos maiores provedores de escravos para o centro-sul do país. Entre 1872 e 1879, a província exportou, através do tráfico interno, 9.753 cativos, perfazendo uma média de 1.219 escravos por ano. Nos anos de seca esta média

Quadro demonstrativo das comarcas, termos e distritos da província do Ceará, 2° seção da secretaria da presidência do Ceará, 29 de junho de 1871, Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, BPGMP, acervo hemerográfico, Relatório de Pres. de Província do Conselheiro Barão de Taquary, rolo n°04, 1871.

subiu para 2.186 escravos. Esta diminuição acentuada do número de escravos encontra-se refletida também nos inventários, nos quais, entre 1870 e 1884 encontram-se arrolados apenas 319 cativos, em meio à forte crise econômica que atingia a província.

Na década de 1880, o abolicionismo cearense consolidouse, tornando-se um dos mais aquerridos do país, tendo se intensificado fundação da Sociedade com a Cearense Libertadora. 0 Jornal 0 Libertador. sob a orientação ideológica de uma classe média emergente, era principais meios de divulgação das idéias abolicionistas entre os setores da elite, que apostavam na extinção do cativeiro. Aos poucos, os proprietários de escravos cearenses manumitindo e desfazendo-se foram dos seus cativos. especialmente no momento mais agudo da crise, inaugurado com a seca de 1877-79. Fortaleza, em 1883, foi a primeira capital do país a libertar oficialmente seus escravos. Porém, em meio ao processo quase inevitável da abolição cearense em curso, temerosas dos problemas decorrentes da abolição prematura, argumentavam que:

"(...)Sob o pretexto da abolição da escravidão, tem se commettidos irritantes abusos contra os direitos dos proprietarios de escravos d'esta e das provincias visinhas e os municípios desta cidade e os que lhe ficam limitrofhes vão sendo um 'valhacouto de escravos fugidos'[...] "o solo do Ceará foi aclamado 'terra da liberdade' para os escravos que n'elle pizassem, o que tem motivado muitas reclamações de

⁸ Melo, Josemir Camilo de, "Ceará: abolição precoce ou crise econômica?", in: Funes, Eurípedes & Gonçalves, Adelaide. *Abolição: manifestação e herança*. Fortaleza: Cadernos do NUDOC, Série História, n°1, 1988, p. 36.

proprietarios de escravos desta e das provincias vizinhas."

Este trabalho contém quatro capítulos. No capítulo 1, procuro traçar um perfil dos proprietários de escravos em Fortaleza, destacando especialmente três aspectos: estado civil, ocupação e residência. No capítulo 2, analiso os escravos que viveram na sociedade cearense do período, levando em conta a sua composição etária e sexual, sua origem e os padrões de cor utilizados para categorizá-los. As ocupações, condições de saúde e os preços dos escravos foram analisados no capítulo 3. E, finalmente, no capítulo 4, discuto as particularidades das alforrias através dos pecúlios dos escravos.

Devo finalmente frisar que enfrentei dificuldades na coleta dos dados, talvez comuns à maioria dos pesquisadores cearenses: a falta de um critério coerente de organização e catalogação dos documentos, sem falar da péssima infraestrutura para a conservação dos mesmos no acervo. A este respeito infelizmente não posso deixar aqui mais do que uma denúncia isolada, contudo alimento a expectativa de que, ao conhecimento da escravidão no Ceará, este trabalho ajude no despertar de mais pessoas interessadas na preservação desse tipo de documentação, tão cara e rica à nossa memória histórica.

Para a realização do trabalho contei com orientações preciosas e com a ajuda de muitos amigos. Freqüentei o Arquivo Público do Estado do Ceará durante meses, passei longas e inúmeras tardes esperando os documentos serem

⁹ Falla que o Exm. Sr. Commendador Dr. Sátyro D'Oliveira Dias dirigiu a Assembléa Legislativa do Ceará na sessão ordinária de 1883, Relatório de Presidente de Província Dr. Torquato Mendes Vianna, rolo n° 07, 1883, p. 9-10.

retirados do acervo, copiando, digitando, registrando minhas impressões sobre cada inventário. Senti todas as angústias e incertezas de uma iniciante na pesquisa que, um trabalho como esse, calcado tão essencialmente em dados empíricos, suscita. O propósito foi sempre o mesmo: contribuir um pouco mais para o entendimento da escravidão no Ceará. Espero tê-lo conseguido.

CAPÍTULO 1

Perfil dos proprietários de escravos em Fortaleza

Com base nas informações dos inventariados analisarei aqui o perfil dos proprietários de escravos na comarca de Fortaleza, entre 1850 e 1884, especialmente quanto ao estado civil, a ocupação e residência. Não consta nenhuma indicação de cor, mas nos testamentos anexos, foi possível obter informações esparsas sobre a origem ou a nacionalidade dos proprietários. Dos 213 inventários analisados, 124 pertenceram a homens e 82 a mulheres. Em sete casos os inventários pertenciam ao casal, vindo à frente o nome do marido, como cabeça do casal.

1.1. Estado Civil.

Entre os 124 inventariados do sexo masculino, 114 (91,9%) eram casados, 4 eram viúvos e apenas 1 era solteiro. Em cinco inventários não foi possível identificar o estado civil. Em relação aos 82 inventários de mulheres, foi possível identificar condição civil de 77 delas, entre as quais 61 (74,3%) eram casadas, 12 (14,6%) eram viúvas, e apenas 4 eram solteiras.

1.2.Ocupações e atividades profissionais.

A maior parte das informações sobre as ocupações dos homens e mulheres inventariados foi obtida através de indicações fornecidas pelos bens de raiz. Algumas informações adicionais aparecem também no termo de abertura ou ao longo do inventário. Mas estas foram mais raras.

Dos 131 inventários que compõem o universo dos proprietários do sexo masculino e dos casais, em 87 casos (66,4%) foi possível detectar as ocupações ou atividades profissionais dos mesmos. Eram, predominantemente, produtores rurais e, em menor escala, comerciantes ou "negociantes". As demais atividades exercidas por eles eram médico, cônego, desembargador, juiz de direito e diversas patentes militares para as quais não foi possível identificar se eram carreira ou honoríficos da Guarda Nacional.

Classifiquei como produtores rurais (agricultores e criadores) os 62 inventariados, os quais, entre seus bens havia propriedades agrícolas caracterizadas como "terras de criar ou plantar", ou quando havia a indicação de "roçado", "lavoura", "curral" e outras benfeitorias. Estes proprietários representaram 71,2% do universo das ocupações masculinas. Em 33 inventários, perfazendo 53,2% dos produtores rurais, existiam em suas propriedades benfeitorias tais como: "engenhos", "aviamentos", "casa de farinha", "alambique" e outros.¹

No inventário do proprietário Adriano José d'Almeida, marido de D. Theresa Maria da Conceição, morador do distrito de Siupé, consta que ele deixou quatro escravos e "meia legoa de terra de criar com uma legoa de fundo no lugar Riacho Mocó com huma caza velha, e curral de gado"; uma "sorte de terra no sertão com meia legoa de fundo" e no sítio "Jaquerequara",

^{1 &}quot;Aviamentos" eram engenhos rústicos para o preparo da farinha.

também em Siupé, havia uma sorte de terra com uma "pequena casa de morada" com pés de coqueiros.²

Targino Freire da Silveira, também proprietário de quatro escravos, deixou um "alicerce de um quarto na quina da feira" de Maranguape, em cuja povoação morava, numa casa com três portas de frente, na Rua d'Aurora. Junto a outros bens arrolados no inventário, consta uma casa de taipa coberta de telha com "currais de caiçara" (currais feitos de varas ou galhos). Os animais listados no inventário eram 29 bois "manços", 74 bois "d'anno", 104 boiotes, 44 garrotes e 123 vacas solteiras. Este proprietário possuía ainda cavalos (9 équas solteiras, 15 cavalos quartãos e 3 poldros), 6 burros e 90 cabeças de ovelhas. Foram arrolados também os sequintes materiais: "braço de balança e três arrobas e meia de peso de ferro". Aparentemente apenas um criador, Targino da Silveira podia também ser um negociante de gado para engorda, considerando-se a diversidade do seu rebanho quanto aos estágios de desenvolvimento dos animais e a presença de material destinado à pesagem na própria "fazenda".3

José Alves Teixeira deixou seis escravos e oito filhos órfãos, menores de 21 anos. Nas duas últimas de suas propriedades descritas nos bens de raiz consta que deixou plantações de cafeeiros botadores velhos e novos, com mil e

² A medida de légua varia de região para região. Infelizmente não encontrei indícios que me apontassem para outras medidas que não a de 6.000m, também caracterizar a légua do Ceará. Porém, soube informalmente, que entre as pessoas residentes no sertão, a légua corresponde à distância de 7.500m. APEC, Cartório de Órfãos de Fortaleza (a partir daqui, COF), Inventário de Adriano José d'Almeida, de 30 de julho de 1855, maço 96.

³ Cavalo quartão ou quartau=cavalo corpulento, quadrado e de pequena marca. Dicionário contemporâneo da língua portuguesa - Caldas Aulete, Volume IV, Rio de Janeiro: Ed. Delta, 1970, p. 3011. APEC-COF, Inventário de Targino Freire da Silveira, de 11 de novembro de 1859, maço 180.

com quinhentos pés, respectivamente, situadas na serra da Tucunduba.⁴

O major José Cunegundes da Silveira e Silva, casado com Anna Vianna da Silveira, residente na cidade de Fortaleza, era proprietário de cinco escravos e de casas e sítios em freguesias como Aquiraz, Arronches e Acarape. Nos subúrbios da cidade de Maranguape este proprietário deixou um terreno cercado, próprio para plantação de cana.⁵

O comendador e coronel José Antônio Machado, casado com D. Antônia M. da Conceição Machado, residente na capital, era proprietário de 36 escravos, sobrados e casas na capital e regiões afins. No sítio de "terras de plantar" "Agoa Fria", José Machado deixou "casa para engenho, caldeiras, e engenho, acentamento e cercado"; no sítio Cocó havia "casas de vivenda, de engenho, de purgar, e de fazer farinha, com aviamentos, engenho de ferro, caldeiras, alambique de cobre e mais pertences, poucos canaviais, coqueiros, larangeiras e outras fructeiras".6

No inventário de Pedro Pereira Barros, de Messejana, foram arrolados cinco escravos. Num sítio arrolado entre seus bens de raiz havia "uma caza de morada de tijollo de três portas de frente, caza de fabrica para assucar também de tijollo, engenho de ferro, alambique de cobre, três caldeiras e acentamento próprio, formas e mais pertences de engenhos, tendo aviamento de fazer farinha, contendo cinqüenta e cinco pés de coqueiros entre grandes e pequenos, cento e sessenta pés de larangeiros, e dezesete de limoeiros, e uma grande

⁴ APEC-COF, Inventário de José Alves Teixeira, de 08 de março de 1868, maço 202.

⁵ APEC-COF, Inventário do major José Cunegundes da Silveira e Silva, de 09 de agosto de 1880, maço 138.

⁶ APEC-COF, Inventário de José Antônio Machado, de 22 de março de 1869, maço 18 A.

plantação de cannas e mandiocas". Casado com D. Theresa Maria de Jesus, Pedro Pereira Barros deixou esses e outros bens para seus treze filhos.

Antônio da Franca Alencar foi casado com D. Praxedes da Franca Alencar e proprietário de cinco escravos. Entre seus bens havia "um sítio de criar e plantar no lugar Janguruçú do districto de Mecejana denominado Santo Antônio do Bosque, havido por compra a diversos, com casa de vivenda e accomodações para engenho, fornalhas com caldeiras, purgação de assucar, alambique, fornos e com casa de fazer farinha com os competentes aviamentos, achando o dito sitio com deseseis tarrafos de canna não tratadas e um assude".8

O casal Francisco Pedro de Faria e Anna Maria da Conceição, inventariados juntos, deixou para seus filhos e netos também cinco escravos e "um sitio denominado Cajueiro do Ministro em terras próprias com casa de vivenda e uma outra casa com aviamentos de fazer farinha". Em outro sítio de propriedade do casal denominado "Porangabucú", nos subúrbios da capital, "em terras foreiras ao Patrimônio de Nossa Senhora do Rosário", eles deixaram "uma casa de morada e seus pertences".9

E, finalmente, o proprietário de sete escravos, João Coelho de Barros, esposo de Maria da Conceição Barros, deixou para seus dezesseis filhos, entre outros bens, uma "capoeira com plantação de algodão" e um roçado de milho. Em sítio de sua propriedade na serra de Baturité havia "vinte e cinco mil

 $^{^{7}}$ APEC-COF, Inventário de Pedro Pereira Barros, 31 de agosto de 1858, maço 175.

⁸ APEC-COF, Inventário de Antônio da Franca Alencar, de 26 de fevereiro de 1883, maço 100.

⁹ APEC-COF, Inventário de Francisco Pedro de Faria e Anna Maria da Conceição, 06 de setembro de 1880, maço 99.

péis de cafezeiros botadores, pouco mais ou menos, diversas fructeiras, tendo casa de fabrica grande e duas de telha e taipa pequenas e ordinarias, metade do valor de uma maquina de pilar café, quatro caldeiras de ferro, alambique com fundo de cobre [...] engenho de cana de madeira com seus pertences bastante estragado e uma prensa de fazer farinha(...)".10

Esses homens produziam eminentemente os seguintes gêneros: farinha, açúcar ou derivados como aguardente e rapadura, café e algodão. Nesta ordem de importância. A produção de farinha hegemônica quase emsuas propriedades, constando explicitamente em 22 inventários masculinos, enquanto a produção de café e algodão aparece em menor quantidade. É provável que muitos desses gêneros fossem destinados ao comércio local ou para exportação, em especial para outras províncias, a despeito do pequeno tamanho ou da pouca estrutura das propriedades. Esses proprietários produziam para sua própria subsistência e a dos seus escravos.

longo de 21 inventários, representando 24,1% do universo das ocupações masculinas, constam indícios que tais proprietários de escravos dedicavam-se a atividades ligadas ao comércio ou há informações explícitas de que "negociantes". Dos comerciantes em apenas seis casos obtive informações acerca do que comercializavam. No caso dos "negociantes", algumas vezes, o proprietário era fazendeiro, possuía propriedades agrícolas com benfeitorias como descritas anteriormente, em regiões próximas à Fortaleza ou mais distantes, e mantinham, em paralelo, "armazéns" capital. Estes podiam servir tanto como depósitos dos gêneros

 $^{^{10}}$ APEC-COF, Inventário de João Coelho de Barros, 25 de junho de 1866, maço 135.

produzidos nas fazendas e sítios, quanto de estabelecimentos comerciais propriamente ditos.

O italiano João Lueiro, natural da província de Gênova, deixou, para sua esposa e única filha, "moradas de casa com onze portas tendo duas armações uma para loja de fazendas e outra para taberna". No seu inventário, aberto em Fortaleza, na casa de D. Maria Lueiro, sua esposa, consta o balanço da loja e foi através dele que pude identificar algumas fazendas que este proprietário comercializava: retalhos, jardas e brim. Lueiro deixou também algumas "terras de criar e plantar" no termo do Acaraú (região norte da província) e quatro cativos. 11

Igualmente proprietários de lojas de fazendas eram o tenente coronel Francisco Teixeira Bastos e o negociante Diogo José da Silva. O primeiro residia, provavelmente, numa casa de quatro portas de frente situada a rua Formosa, nº 75. Entre seus bens foram arrolados doze escravos e "terras de criar e plantar" na freguesia de Santa Cruz tendo "casa, currais e cercado". No seu inventário, sob o título "Mercadorias", consta que Francisco Teixeira Bastos deixava "fazendas" em sua loja. No caso do segundo, além de treze escravos, foram arrolados casas e terrenos em Fortaleza, "sítio de plantar no Alagadiço-Grande com casa de tijollo cercado e fruteiras" e "meia legoa de terra de criar e plantar", em outros distritos vizinhos à capital. Em suas dívidas do ativo, consta que deixava fazendas, "inclusive retalhos", em sua loja. Esta, provavelmente, situava-se na rua Formosa, nº47, atual rua Barão do Rio Branco. Diogo José da Silva, que foi casado com Guilhermina Gouveia da Silva, deixou, para seus quatro filhos,

¹¹ APEC-COF, Inventário de João Lueiro, 01 de agosto de 1873, maço 204.

um "armazém com três portas de frente" neste endereço. 12

Manuel Cavalcante de d'Albuquerque residia na rua da Palma e foi casado com Josefa Maria Cavalcante. Natural da cidade de Sobral, este proprietário deixou três escravos: Raimunda, Raimundo, filha da mesma, e Barnabé. Quando fez o testamento, anexado ao inventário, em junho de 1855, estava com cinquenta anos de idade. E foi no testamento que constava a informação de que era proprietário de uma loja de fazendas.¹³

Nas dívidas do passivo de José Coelho Barbosa também foi possível identificar sua ocupação. Casado pela segunda vez com D. Faustina Maria Ribeiro Barbosa, com a qual não teve filhos, ele era proprietário de uma loja de marcenaria. Quatro de seus oito escravos eram oficiais de marceneiro e, certamente, trabalhavam com ele na loja. 14

O proprietário Bernardo Joaquim do Carmo era comerciante estabelecido em Fortaleza. Natural da Villa de Pondella, em Portugal, era filho legítimo de José Joaquim do Carmo e D. Rafaela Ricardina de Jesus e viúvo de D. Anna Augusta de Miranda Carmo. Deixava dois filhos pequenos, José e Bernardo, e o mesmo número de escravos. No seu inventário constam, na descrição de bens, as mercadorias que comercializava: vinhos, cerveja preta, aguardente, azeite refinado, manteiga, feijão verde português, toucinho, banha de porco, latas de linguiça, paio, maizena, ervilhas portuguesas, lagostas inglezas, "phosphoros", e demais produtos. Sua loja situava-se na rua da Palma, atual Major Facundo, n°73, centro comercial da cidade. 15

APEC-COF, Inventário de Francisco Teixeira Bastos, 13 de julho de 1865,
 maço 117; Inventário de Diogo José da Silva, 12 de abril de 1872,
 maço 203.
 APEC-COF, Manuel Cavalcante d'Albuquerque, 06 de agosto de 1855,
 maço 161.

¹⁴ APEC-COF, Inventário de José Coelho Barbosa, 14 de dezembro de 1863, maço 136.

 $^{^{15}}$ APEC-COF, Inventário de Bernardo Joaquim do Carmo, 04 de maio de 1880, maço 98.

O comerciante Francisco Luiz Salgado, casado com Virgínia da Rocha Salgado, deixou seis escravos e propriedades em Fortaleza. Entre sobrados e casas, terras "próprias de criar e plantar" deixava também a sua Casa Comercial Salgado e Sousa. Dois balanços desta encontram-se anexados ao inventário, um de 1867 e outro de 1869, com a lista de credores e devedores e os nomes dos sócios, José Luiz de Sousa e Joaquim da Rocha. 16

Proprietário de quatro escravos, João Antônio do Amaral fora casado com Maria Correia do Amaral, com quem teve dezesseis filhos. Certamente residia numa chácara, no Benfica, na qual havia uma grande casa de tijolos e telhas e jardins para morada, avaliada em 30:000\$000 de réis, a mais cara das duas referidas como lugar de moradia. A outra propriedade valia bem menos, quase a metade desse valor. Era um "sítio de plantações diversas" denominado Porangabuçú "devidamente cercado com casa de moradia e pertences de fabrico avaliado em dezeseis contos de réis". João Antônio do Amaral era também negociante em Fortaleza, sócio, com seu filho José Correia do Amaral, de uma casa comercial.¹⁷

Classificado também como negociante, Manuel Caetano de Gouveia deixava 103 escravos no seu inventário. Uma quantidade significativa de cativos para a região. Que ocupação exercia este senhor para possuir tamanha quantidade de escravos?

APEC-COF, Inventário de Francisco Luiz Salgado, 14 de agosto de 1869, maço 117.

¹⁷ APEC-COF, Inventário de João Antônio do Amaral, 24 de outubro de 1880, maço 98. Os filhos de João Antônio do Amaral, os irmãos José e Izaac do Amaral foram membros da Sociedade Cearense Libertadora (SCL), órgão abolicionista. Como estratégia ati-escravista eles promoveram saques de cativos de particulares nos últimos anos da escravidão no Ceará. Cf.: Silva, Pedro Alberto, "Declínio da escravidão no Ceará", p.159. Seguindo Girão, a "chácara do Benfica", onde residiram os "Amarais", e o sítio de propriedade deles, Porangabucú, serviam de esconderijo dos cativos saqueados. Cf.:

Na descrição de seus bens, sob o título "Terras", consta que Gouveia possuía terras de "criar e plantar" em freguesias da comarca de Fortaleza, na "Barra do Rio Ceará", e em outras regiões da província. Possuía, nessas propriedades, alambiques e engenhos com caldeiras. Entre seus bens móveis, deixava três máquinas de tirar leite, certamente extraído de parte das "centenas de vacas paridas e solteiras" arroladas com outros animais. Sob o título "Propriedades", Manuel Caetano de Gouveia ainda deixou, para seus dez filhos herdeiros e netos, cinco "armazéns" na capital, alguns deles na rua Pitombeira (trecho da atual rua Floriano Peixoto). Era fazendeiro e provavelmente comercializava o que produzia. Tudo leva a crer que, junto com sua esposa Francisca D'Agrela Gouveia, este grande proprietário de escravos ocupasse o "sítio de residência" situado na rua do Mercado, em Fortaleza, onde havia "uma morada de casas de fronte do Palácio feita de taipa, huma morada em construção feita de tijollo e duas mais distantes COM fruteiras e mais outras moradas benfeitorias."18

Alguns outros inventariados também eram "negociantes" e deixaram "armazéns" na capital. Foi possível localizar a maioria desses "armazéns". Por exemplo, o major José Joaquim Carneiro, negociante matriculado em Pernambuco, deixou quatro armazéns, sendo dois na rua da Praia (rua Pessoa Anta, próxima

Girão, Raimundo, *Abolição no Ceará*, Fortaleza: Secretaria da Cultura e do Desporto, 4° edição, 1984, p.136.

¹⁸ APEC-COF, Inventário de Manuel Caetano de Gouveia, 14 de junho de 1865, maço 162. Raimundo Girão trata de um Manuel Caetano de Gouveia, filho homônimo de nosso proprietário. Segundo o historiador, Gouveia Jr. Morreu jovem, aos 29 anos de idade, era casado e figura importante na alta sociedade cearense. Era português, "negociante" (como o pai) e formado em engenharia. Cf.: Girão, Raimundo, Geografia estética de Fortaleza, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2°edição, 1979, pp. 89-150; e, do mesmo autor, Cidade da Fortaleza (Filmagem histórica), DEIP, 1945, p.39. A

onde se localizava o porto de Fortaleza) e também possuía um outro na rua Conde d'Eu. Manuel Antônio da Rocha Jr., grande produtor de café, sócio, com o irmão, na firma M. A. da Rocha Jr. Comércio de Importação e Exportação em Fortaleza foi proprietário de armazém na rua Formosa. O casal Antônio Mendes da Cruz Guimarães e Guilhermina Gouveia Mendes deixou dois armazéns: um, com sótão e chácara, na rua Conde d'Eu e outro na rua Formosa. Constam também entre os bens do capitão Augusto Carlos Rodrigues um armazém e a metade de outro na rua Boa Vista (também trecho da atual Floriano Peixoto) na capital, n°35 e n°37, respectivamente. E, finalmente, Joaquim da Fonseca Soares e Silva, casado com Thereza Barbosa da Fonseca, natural de Aracaty, deixou, aos sessenta e seis anos de idade, dois armazéns também na rua da Praia, sendo os dois iguais, tendo cada um quatro portas.¹⁹

Através da dívida do ativo de Joaquim Barbosa Cordeiro, soube que era médico e, na ocasião, fora encarregado pelo governo de tratar da epidemia de cólera na cidade de Baturité. Este proprietário, residente na rua Formosa, deixou, além de dois escravos, José, cozinheiro de vinte anos e Justina de doze, uma "sorte de terras de criar com cinco oitavas de uma legoa" numa localidade junto ao termo de Canindé. Mas o que "criava" este proprietário? Seis bois de lote, doze cabeças de ovelhas e oito cabeças de cabra, além de uns poucos cavalos. É provável que o médico, com tão poucos animais, possuísse

referência à rua dos armazéns Gouveia está em Nogueira, João, Fortaleza velha: crônicas, Fortaleza: Edições UFC, 1981, p.40.

¹⁹ APEC-COF, Inventário de José Joaquim Carneiro, 06 de setembro de 1878, maço 18A; Inventário de Manuel Antônio da Rocha Jr., 05 de fevereiro de 1873, maço 33; Inventário de Antônio Mendes da Cruz Guimarães e Guilhermina Gouveia Mendes, 26 de setembro de 1878, maço 98; Inventário do capitão Augusto Carlos Rodrigues, 09 de outubro de 1880, maço 99; Inventário de Joaquim da Fonseca Soares e Silva, 18 de abril de 1877, maço 33.

apenas um pequeno curral de onde retirava o nutritivo leite de suas cabras para uso próprio. 20

O cônego Antônio de Castro Silva, natural da cidade de Sobral, filho legítimo do capitão-mor Antônio José da Silva Castro e D. Francisca de Castro Silva, deixou, para suas herdeiras, cinco escravos e um sítio no Alagadiço Grande, distrito do Arronches, em Fortaleza, chamado "Santo Amaro" "com engenho de ferro e roda e fabrica de assucar". 21

O desembargador André Bastos de Oliveira deixou propriedades de terras em diversas regiões do interior do Ceará, como em São João do Príncipe, Tamboril, Crato, dentre outras. Casado com Joanna Angelica F. Bastos, possuía três filhos, sendo dois deles bacharéis, Francisco e Gonçalo Bastos de Oliveira, os quais também herdaram do pai quinze escravos e o sítio "Jubaia" com parte de suas benfeitorias.²²

O juiz de direito na capital, Joaquim Jorge dos Santos, residia na rua Amélia, em Fortaleza. Foi casado, pela primeira vez com Luiza Maria Crespo dos Santos, e, pela segunda, com Joana Maria dos Santos. Deixou entre seus bens treze escravos.²³

Nos 36 inventários pertencentes às mulheres proprietárias de escravos, foi possível apontar algumas das ocupações de 43,9% das inventariadas. Tal como para os homens, os inventários da maioria indicam que elas provavelmente eram produtoras rurais (agricultoras e criadoras). Dos 30 inventários femininos, nos quais aparecem propriedades

²⁰ APEC-COF, Inventário de Joaquim Barbosa Cordeiro, 20 de novembro de 1862, maço 135.

²¹ APEC-COF, Inventário de Antônio de Castro e Sílva, 22 de abril de 1864, maço 18A.

 $^{^{22}}$ APEC-COF, Inventário de André Bastos de Oliveira, 14 de abril de 1866, maço 33.

²³ APEC-COF, Inventário de Joaquim Jorge dos Santos, 27 de junho de 1870, maço 136.

agrícolas, em 21 deles (70%), observei a existência das benfeitorias seguintes: "currais", "engenhos", "casa de farinha" e outros. Em seis casos classifiquei as inventariadas como se vivessem de atividades ligadas ao comércio, especialmente quando aparecem os "armazéns" entre seus bens.²⁴

Maria Magdalena do Espírito Santo fora proprietária de "meia legoa de terra nos Sitios Novos", terras de criar e plantar, onde havia um pequeno curral. Na propriedade agrícola situada no distrito de Mecejana pertencente à Francisca Maria dos Prazeres havia "terras de criar e plantar", com um "quarto de legoa em quadro no lugar chamado Cararapio". Maria Theresa de Jesus deixou uma "sorte de terras de criar e plantar no lugar Sipó", em Siupé. Entre os bens de raiz de Antônia Maria de Jesus havia "sorte de terras próprias de criar e plantar, no lugar - Torres - districto da povoação da Pacatuba, tendo caza de morada e cercado com plantações de cannas, roças e algodoeiros". 25

Joanna Fernandez Vieira, foi casada com Manuel Vieira, este último, seu inventariante e morador em Fortaleza. Do seu inventário constavam 49 escravos. Criadora de animais, possuía milhares de cabeças de gado, as quais eram predominantemente "vacum". Somente vacas foram arroladas 2.400. Era proprietária de "fazendas de criar" em outras províncias, especialmente na Paraíba e no interior do Ceará. Deixou "casas, currais, cercado e assude de pedra e cal". Em Maranguape era

²⁴ Como os homens normalmente eram cabeça do casal, no tocante aos bens, vale ressaltar que as informações sobre as ocupações das mesmas precisam ser relativizadas, uma vez que o critério adotado para compor o perfil das atividades que exerciam os(as) proprietários(as) foi, na maioria dos casos, o da análise dos bens.

²⁵ APEC-COF, Inventário de Maria Magdalena do Espírito Santo, 04 de outubro de 1852, maço 161; Inventário de Francisca Maria dos Prazeres, 17 de junho de 1858, maço 196; Inventário de Maria Thereza de Jesus, 08 de novembro de 1858, maço 162; Inventário de Antônia Maria de Jesus, 16 de agosto de 1860, maço 96.

proprietária de sítios, sendo que em um deles havia "casa e cercado e plantação de canna, fructeiras, tendo parte no sobrado e casa de engenho". 26

Michaela Francisca D'Abraão, viúva de Manuel Gomes da Silva, foi proprietária de sete escravos e de roçados de mandiocas. Entre seus bens havia "sorte de terras, com meia legoa mais ou menos, denominadas - Alagoas do Desterro - próprias de criar e plantar com casa coberta de telha e aviamentos de fazer farinha".²⁷

A proprietária Maria Amância da Penha morava no distrito de Messejana, mais precisamente no "sítio D'Alagadiço, próprio de plantação de canna, no lugar Tanque denominado São Joaquim". No sítio havia ainda "fruteiras, cercado, e outras benfeitorias, a saber, casa de taipa de vivenda, casa para feitor e carro, casas de tijollo para engenho e fabrica d'apueira e aguardente, acentamento com três caldeiras, alambique velho de cobre, engenho de ferro, pipas, tonéis e mais acessorios, para o fabrico d'apueira e cachaça, bem como casa e aviamento de fazer farinha". É provável que a "apueira" fosse o suco altamente tóxico extraído da mandioca, a manipueira, da qual se faz o tucupi, depois que seu veneno é evaporado ao sol ou ao fogo.

Maria de Jesus deixou quatro escravos e um sítio de terras próprias no Cambeba, tendo nele "uma casa de taipa e telha, um talheiro sobre forquilhas, aviamentos de fazer farinha em máo estado e diversas fructeiras." É possível que este talheiro servisse para talhar o leite para a produção do queijo de

 $^{^{26}}$ APEC-COF, Inventário de Joanna Fernandez Vieira, 08 de fevereiro de 1869, maço 136.

²⁷ APEC-COF, Inventário de Michaela Francisca D'Abraão, 12 de novembro de 1869, maço 163.

²⁸ APEC-COF, Inventário de Maria Amância da Penha, 03 de fevereiro de 1873, maço 33.

coalho. Mas o talheiro poderia servir também para fazer açúcar porque, uma outra proprietária, D. Maria da Conceição deixou, além de sua velha escrava Archangela, "sítios de terras proprias no lugar - Trairá - com casa de vivenda de taipa - caza com bolandeira e mais pertences de fazer farinha, tendo engenho de ferro, três caldeiras pequenas e talheiro para o fabrico do assucar".²⁹

Dentre as proprietárias de "armazéns", que caracterizei como prováveis "comerciantes", destaco as seguintes: D. Maria Antônia da Justa, que foi casada com o negociante e capitão Luis de Seixas Correia e deixou dois filhos. Foram arrolados entre seus bens nove escravos. E no inventário consta que deixava mercadorias numa loja chamada "Bazar Cearense" situada à rua da Palma. Entre os bens de D. Josefa Paulina de Castro Bravo constam, além dos dois escravos e dos terrenos e de casas na capital, um armazém de tijolos coberto de telhas com três portas de frente na rua Formosa, nº 79. D. Anna Joaquina da Conceição Paiva, casada pela segunda vez com o tenente coronel Antônio Pereira de Brito Paiva deixou onze escravos e um armazém com três portas de frente na rua Formosa, n°25. E, finalmente, D. Maria de São Pedro Telles foi proprietária de um armazém na rua das Hortas e de uma "casa térrea, na rua Amélia (atual Senador Pompeu), "dividida em dois armazens e sem compartimentos".30

Em apenas dois casos, entre as mulheres, consegui identificar o que comercializavam. D. Maria Antônia das Neves

²⁹ APEC-COF, Inventário de Maria de Jesus, 17 de agosto de 1861, maço 162; Inventário de Maria da Conceição, 22 de fevereiro de 1866, maço 163.

³⁰ APEC-COF, Inventário de Maria Antônia da Justa, 23 de junho de 1878, maço 206; Inventário de Josefa Paulina de Castro Bravo, 02 de dezembro de 1878, maço 205; Inventário de Anna Joaquina da Conceição Paiva, 03 de outubro de 1866, maço 187; Inventário de Maria de São Pedro Telles, 15 de novembro de 1874, maço 18 A.

vendia remédios. Era proprietária de uma escrava e uma botica ou drogaria, no termo da capital; e no inventário de D. Roza da Cunha Prata, residente em Maranguape, proprietária de duas escravas, consta no inventário da loja a existência de peças de "algodaozinhos", "brim", "madapolão", "riscado americano", dentre outras.³¹

1.3. Residência.

Todos os inventariados residiam em Fortaleza, em sítios ou fazendas vizinhas à capital ou em freguesias pertencentes à sua comarca. O nome da localidade consta, em sua maioria, na pro-capa ou no termo de abertura dos inventários. Através dos bens de raiz ou dos testamentos anexos, foi possível identificar, com mais precisão, o nome do sítio ou, mais especialmente, o endereço residencial dos inventariados.

Nos 131 inventários masculinos, em 94 casos pude identificar a residência, sendo que entre esses, 61 proprietários (46,5%) residiam no termo da capital ou na zona urbana da cidade. Os demais viviam nas seguintes freguesias: nove em Soure (Caucaia); oito em Messejana; seis em Maranguape; quatro em Siupé (parte da atual região do Pecém); dois no distrito de São Gonçalo (S. Gonçalo do Amarante); dois em Arronches (Parangaba); um em Trairi e outro em Pacatuba. 33

³¹ APEC-COF, Inventário de Maria Antônia das Neves, 03 de setembro de 1853, maço 161; Inventário de D. Roza da Cunha Prata, 15 de janeiro de 1852, maço 177.

³² O critério utilizado para identificar a residência, quando não aparecia de forma explícita, foi identificar, entre os imóveis, quais eram referidos como moradia ou, quando havia apenas uma propriedade de casa arrolada entre os bens de raiz, considerá-la como a possível residência.

³³ Em 37 inventários masculinos não foi possível identificar a residência. Estes normalmente foram os casos em que os inventários não traziam bens de raiz ou quando, entre os bens, havia propriedades urbanas e rurais, dificultando identificar qual era o local da residência.

Esses distritos ou freguesias pertenciam à comarca de Fortaleza. Ao longo dos anos estas localidades foram ganhando autonomia ou, ao contrário, sendo anexadas à capital, transformando-se em bairros, como Messejana e Arronches, por exemplo.

José Ferreira Maciel, natural do Aracaty, interior da província, era filho de Simão Ferreira Maciel e Anna Maria da Conceição. Com Maria Francisca do Espírito Santo havia se casado em segundas núpcias. O casal vivia no sítio "Trapiá", em Maranguape. Entre seus bens foram arrolados 23 escravos. No sítio "Trapiá" deixou: "meia legoa de terra de criar e plantar", no sítio "sacco do vento", localizado no distrito da Guaiúba, termo da capital, deixou "humas capoeiras d'algodão e roça". Na serra da Aratanha, havia um outro sítio de sua propriedade, com "larageiras, cafeeiros e bananeiras, caza de palha, engenho de páo e mais benfeitorias". 34

Francisco Leonel d'Alencar, marido de D. Maria da Franca Alencar, deixou três filhos: Antônio, de 5 anos, Francisco, de 10 meses (póstumo), e Adélia de 1 ano e 6 meses. Deixava aos seus herdeiros oito escravos, dos quais seis eram do sexo masculino, e também "um sitio de terra propria denominado Gravito - que houve por dadiva do senador Alencar, com casa de morada de telha e tijollo, dita de engenho, dita de purgação, dita de picadeiro, engenho de ferro, quatro taixas e diversas fructeiras e plantações de cannas e mandiocas". 35

³⁴ APEC-COF, Inventário de José Ferreira Maciel, 19 de janeiro de 1852, maço 134.

³⁵ O senador Alencar era o padre José Martiniano de Alencar importante figura da política cearense e pai do ilustre escritor José de Alencar. Passou por cargos de senador, deputado e presidente da província. Anti-monarquista convicto, lutou ao lado de sua esposa, Bárbara de Alencar, por ideais republicanos, especialmente na regência, período que o país vivenciou uma grande instabilidade política. Sobre a vida política de José Martiniano de Alencar, ver: Nogueira, Paulino. "Presidentes do Ceará", in: Revista do

Estevão da Rocha Motta foi proprietário de três escravos. Com sua esposa Vicência Maria da Penha e seus filhos menores certamente residia em Soure, numa casa de taipa com duas portas de frente. Manuel José Ferreira morou em Gererahú, termo da capital, e foi proprietário do casal de escravos João, mulato de 40 anos e Tereza, mulata de 30. Deixou terras de "criar e plantar" em Siupé, e no sítio "Outeiro", de sua propriedade, havia "casas de morada e de fabrica cobertas de telha, com móveis, um engenho de ferro, alambique, taxos e mais utencilios e acessorios próprio ao estabelecimento". José Martinho Machado também deixou três escravos e "um sítio cercado com fructeiras e para canavial com uma casa de morada de tijolos e telhas e outra igual de fabrico de assucar e engenho de ferro, do lado sul da estrada de Soure". 36

O inventariado Fortunato Luiz Gonsalves Vianna foi casado pela primeira vez com D. Galdina Monteiro Vianna e, em segundas núpcias com Francisca Monteiro Vianna, deixando cinco filhos. Quando do primeiro casamento, era proprietário de "posses de terra de criar" na fazenda "Cajaseira" em Icó, sertão do Ceará; de Luiza, escrava parda, de 19 anos, e de uma "morada de casas", com quatro portas e com dois pequenos quartos, situada na praça dos Voluntários. Com a segunda esposa, o inventariado deixou uma escrava homônima a esta, de nome Francisca, preta de 20 anos; e uma "morada de casas terrias", na capital, com três portas de frente, mais especificamente na rua da Palma, n°53.37

Instituto do Ceará, Tomo XII, 1897, p. 34-57. APEC-COF, Inventário de Francisco Leonel d'Alencar, 03 de setembro de 1858, maço 196.

³⁶ APEC-COF, Inventário de Estevão da Rocha Motta, 04 de outubro de 1852, maçoo 112; Inventário de Manuel José Ferreira, 20 de julho de 1868, maço 33; Inventário de José Martinho Machado, 20 de fevereiro de 1879, maço 137.

 $^{^{37}}$ APEC-COF, Inventário de Fortunato Luiz Gonsalves Vianna, 07 de dezembro de 1874, maço 203.

Rufino da Silva Fialho, casado com Maria Clara Castro, deixou quatro escravos e morava na rua da Palma, nº60. Antônio Vicente Ribeiro, além de sua escrava Rachel, de 19 anos, deixou "uma morada de casas na rua da Amélia com três portas de frente". José da Silva Fialho, proprietário da escrava Cypriana, de 42 anos de idade, residiu numa casa com duas portas de frente na rua Amélia, nº83.38

No inventário do negociante José Maria Eustáquio Vieira foram arrolados treze escravos. Através da declaração do filho mais velho desse inventariado, José Eustáquio Vieira, inconformado com a avaliação feita da casa que residia seu pai, foi possível confirmar que o negociante morava no sobrado de cinco portas de frente, situado à rua Formosa, listado entre seus bens de raiz.³⁹

Manuel Eugênio de Souza certamente residia, com suas duas escravinhas, numa casa na rua de Baixo, "feita de taipa e telha com quatro portas de frente" na qual havia oito pés de coqueiros velhos no quintal. Na Praça da Misericórdia, nº33, vivia Abel da Costa Pinheiro, com sua esposa Guilhermina Corlet Pinheiro, numa casa com três portas de frente. E, finalmente, Justiniano Pio de Morais e Castro, viúvo de Maria Pio de Freitas, provavelmente residia numa casa de duas portas de frente, situada à rua General Sampaio. 40

Em relação à residência das mulheres cheguei ao seguinte resultado: 48 proprietárias (58,5%) dos 82 inventários

³⁸ APEC-COF, Inventário de Rufino da Silva Fialho, 08 de fevereiro de 1868, maço 33; Inventário de Antônio Vicente Ribeiro, 06 de junho de 1873, maço 33; Inventário de José da Silva Fialho, 28 de abril de 1871, maço 136.

³⁹ APEC-COF, Inventário de José Maria Eustáquio Vieira, 20 de junho de 1854, maço 134.

⁴⁰ APEC-COF, Inventário de Manuel Eugênio de Souza, 09 de dezembro de 1863; maço 162; Inventário de Abel da Costa Pinheiro, 05 de fevereiro de 1876; maço 98; Inventário de Justiniano Pio de Morais e Castro, 16 de novembro de 1876, maço 205. A rua de "Baixo" compreendia um trecho da atual Conde d'Eu. Cf.: Nogueira, João, Fortaleza velha..., p. 39.

femininos residiam no termo da capital. As demais inventariadas moravam nas freguesias pertencentes à sua comarca; seis mulheres residiam em Maranguape; quatro em Messejana; três em Soure; três em Siupé; duas em Pacatuba; uma em Arronches; uma em Tucunduba e uma última em Tubatinga. 42

Violante Carolina da Silva, com seu esposo e dois filhos, provavelmente residia numa casa de taipa com três portas de frente situada à rua do Fogo em Maranguape. Ana Perpétua de Nojosa deixou entre seus bens, uma escrava de nome Josefa, preta-crioula de 40 anos e uma "caza de taipa e telha, velha", no distrito de Soure. A viúva Maria Luzia de Abreu deixou "uma casa de taipa com uma bolandeira e curral e mais pertences", uma outra "casa de tijollo, com forno de ferro de coser farinha, prensa e roda" e "uma morada de casa de tijollo com três portas de frente, e os fundos correspondentes", em Maranguape. 43

Moradora da "Rua do Garrote", em Fortaleza, Clara Joaquina de Almeida Castro foi casada com seu sobrinho Ignácio Pinto de Almeida Castro, com o qual não teve filhos. Era filha legítima de Manuel Pinto de Almeida Castro e Dona Francisca Antônia e tinha 75 anos. Entre seus bens, havia 29 escravos, sendo que doze deles D. Clara deixou alforriados em testamento. Entre seus bens havia ainda plantações de canna, engenho de ferro e alambique em sítio na povoação de Maranguape. No sítio "São

⁴¹ Evidentemente mantive o mesmo critério utilizado para inferir a residência dos homens.

⁴² Em 13 inventários femininos não consegui identificar com precisão a residência.

⁴³ APEC-COF, Inventário de Violante Carolina da Silva, 03 de junho de 1850, maço 183; Inventário de Ana Perpétua de Nojosa, 15 de outubro de 1867, maço 103; Inventário de Maria Luzia de Abreu, 03 de julho de 1856, maço 19.

Francisco", situado na serra de Maranguape, esta proprietária deixou plantações de café. 44

Theresa de Jesus Maria era solteira. Filha de Antônio Francisco de Medeiros e Anna Joaquina deixou oito filhos sendo que alguns deles possuíam o sobrenome "Castro e Silva" do Padre inventariante Pedro José de Castro e Silva. No seu testamento consta que Theresa de Jesus morava na Chácara "São Sebastião", na cidade de Fortaleza. Provavelmente a chácara era um dos sítios, que esta proprietária de sete escravos deixou, localizado "por detráz da Igreja de São Sebastião", onde havia uma grande casa com plantações e fructeiras. 45

Proprietária de cinco escravos, Maria Antônia da Silva residiu numa casa de tijolo com duas portas de frente, na rua Amélia. Deixou "um sítio de benfeitorias no lugar Dendê", no qual havia "uns pés de coqueiros botadores, outros novos e huma porção de pés de laranjeiras, com alguns também botadores". Faustina Maria Ribeiro Barbosa, viúva de José Coelho Barbosa, deixou como único bem de raiz "uma morada de casas terrias", na rua da Palma, nº146, com "três portas de frente". E, por fim, Marianna Henry, viúva e mãe de quatro filhos, morou numa casa, também na rua da Palma "na travessa da feira com quatro portas de frente, cacimba, muro e um sótão." D. Marianna fora proprietária de Salustiana, de 22 anos de idade, a única africana arrolada entre seus quatro escravos. 46

 $^{^{44}}$ APEC-COF Inventário de Clara Joaquina de Almeida Castro, 21 de novembro de 1855, maço 19.

⁴⁵ APEC-COF, Inventário de Theresa de Jesus Maria, 11 de julho de 1879, maço

⁴⁶ APEC-COF, Inventário de Maria Antônia da Silva, 27 de maio de 1858, maço 162; Inventário de Faustina Maria Ribeiro Barbosa, 04 de fevereiro de 1876, maço 204; Inventário de Marianna Henry, 16 de dezembro de 1852, maço 161.

Finalmente, considero importante reter o que foi apontado no perfil dos proprietários(as) de escravos em Fortaleza. Primeiro a imensa maioria dos homens e mulheres inventariados era casados; aspecto comum em se tratando de uma realidade do Eram igualmente maioria, só que em menor proporções, produtores(as) rurais (agricultores e criadores) residentes na capital. Assim, acredito de escravos em Fortaleza os empregavam possuidores(as) principalmente na agricultura, sem querer aqui afirmar que houvesse uma rigidez na utilização dos mesmos enquanto mão-deobra. Mas esses e outros aspectos sobre os escravos do Ceará serão assuntos dos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2

Crioulos e mestiços: os escravos da "Terra da Luz!"

2.1.Origem, sexo e idades.

Dos 1.139 escravos arrolados nos inventários de Fortaleza, em 892 casos (78,3%) foi possível identificar a nacionalidade, isto é, se eram africanos ou brasileiros. A condição de nascidos no Brasil ou, mais especificamente, no Ceará, era indicada pelo termo crioulo(a) ou por categorizações cromáticas denotativas do grau de miscigenação, ao passo que os demais eram genericamente referidos como africanos.

Quadro I

Distribuição dos escravos quanto à procedência.

Décadas	А	ojo	В	૦૦	N.E	아
1850-59	33	2,9%	231	20,3%	99	8,7%
1860-69	10	0,9%	354	31%	93	8,2%
1870-79		_	221	19,4%	51	4,5%
1880-84	_		43	3,8%	04	0,3%
Total	43	3,8%	849	74,5%	247	21,7%

Fonte: APEC-COF, Inventários post-mortem, Fortaleza, 1850-84. A= africanos; B= brasileiros; N.E= não especificados

¹ "Terra da Luz" é uma expressão utilizada para denominar o Ceará e se fortaleceu no período da abolição da escravatura na província, ocorrida quatro anos antes do resto do país. A expressão é freqüentemente associada, de modo ufanista, ao caráter inovador e "iluminado" do povo cearense para a extinção do cativeiro. Antônio Bezerra Martins, contemporâneo do abolicionismo escreveu, no dia da "redenção": "Cearenses, cruzados da glória, nossa terra está livre de escravos! Hoje abriu-se ao escopro da História o padrão deste povo de bravos[...] Salve! Ó dia almejado da Glória, Alvorada do Império da Cruz! Salve! Aurora da Paz, da Vitória! Salve! Ó filhos da Terra da Luz!" Jornal O Libertador, 25-05-1884. Apud Girão, Raimundo, Abolição no Ceará, Fortaleza: Secretaria da Cultura e do Desporto, 4° edição, 1984, p. 246,247.

Como se pode ver no Quadro I, contrastando com a diminuta parcela de africanos, há uma hegemonia de brasileiros na série. Nele vê-se que os escravos nascidos no Brasil crioulos e mestiços - compõem a imensa maioria dos escravos do Ceará. O primeiro marco temporal da pesquisa (1850), coincide com o fechamento do tráfico internacional, que teria em parte contribuído para o baixo percentual de escravos originários da África, 3,8%, apenas. Não foram analisados os inventários dos antecederam ao fim do tráfico, nos provavelmente deva aparecer um percentual maior de africanos; a despeito de Eurípedes Funes afirmar que desde 1840 não havia mais importação de escravos na província.² Por isso acredito que, não muito diferente do que ocorreu em outras provincias com economias periféricas, a ocorrência de maior incidência de escravos brasileiros entre a população escrava constituiu-se traço indelével da escravidão na província. Diferentemente das regiões ligadas à agroexportação, cujo peso da escravidão foi muito maior, e onde sempre se fazia necessária a reposição da mão-de-obra através da importação de cativos da África. A introdução constante de africanos novos, durante um longo período, possibilitou que nessas regiões houvesse o predomínio da escravidão africana. A proporção de africanos em cada região, como analisou Sheila de Castro Faria, esteve relacionada, em última instância, aos tipos de produção: "maior nos engenhos e sítios de cana", como era a Bahia; por exemplo, e "menor nas unidades com gado e alimentos", como foi no Ceará.3

² Funes, Eurípedes, "Negros no Ceará", in: Souza, Simone (org.) Nova História do Ceará, Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p. 105.

³ Faria, Sheila de Castro, *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 294.

Somente a partir de 1850, com o fechamento efetivo da através do tráfico de africanos no Brasil, entrada internacional, a população escrava sofreria um processo de "crioulização", ou seja, os nascidos no Brasil começariam naturalmente a ganhar mais espaço no universo da população escrava. Entretanto, a significativa escassez de africanos no Ceará, nos leva a concluir que, certamente, este processo de "crioulização" ocorrera ali, bem antes da proibição do tráfico 1850. Provavelmente devido à eminternacional, capitais para serem investidos na mão-de-obra, a província escapara da dependência direta do tráfico transatlântico de escravos.

Assim, é possível pensar que, como não havia um grupo economicamente forte ligado ao tráfico transatlântico; a redução do contingente interno de escravos incidiria negativamente no interesse pelos escravos cearenses de grupos ligados ao tráfico interprovincial. Talvez por esse aspecto, o fluxo de escravos vendidos pelo tráfico interno no Ceará, dependeu mais dos problemas econômicos da província (como a seca de 1877-79) do que a demanda externa por mão-de-obra escrava.

A despeito de serem poucos, entretanto, os escravos de origem africana estiveram representados nos inventários. Como chegaram ao Ceará e quais eram suas procedências étnicas são aspectos que discutirei a seguir, assim como procurarei analisar também o grau de miscigenação da maioria dos escravos brasileiros que compunha o contingente escravo daquela província.

De acordo com a análise de Pedro Alberto Silva, a província de Pernambuco fora a abastecedora da mão-de-obra escrava africana para o Ceará. A praça do Recife detinha seu controle

político e administrativo e monopolizava oficialmente as transações comerciais que envolviam a província até, pelo menos, finais do século XVIII. Ao longo do século XIX, quando os cearenses passaram a reger sua economia, houve tentativas, sem êxito, por parte de negociantes locais junto ao governo, para importar cativos procedentes da África, como ocorria nas outras províncias.⁴

Portanto, teria sido pela intermediação do pernambucano que a maioria dos escravos africanos chegou ao é parcialmente reforçada Esta informação composição étnica dos africanos cuja origem pode ser melhor identificada nos inventários, e que coincide com a maioria dos Todos região. eram escravos traficados para aquela provenientes da África Centro-Meridional, mais especialmente da região sub-equatoriana. Eram quarenta e um classificados como angolas, um como cabinda e o outro como caçange. A despeito das diferenças culturais entre estes grupos, havia lingüística comum, eles uma identidade que caracterizava como bantofones, os quais compunham a maioria dos africanos capturados pelo tráfico português.

Eventualmente o termo angola podia designar africanos de outras "nações" da África Centro-Meridional. Os cativos capturados na costa ou no interior daquela região africana eram freqüentemente misturados no tráfico, dificultando a definição de suas procedências étnicas. Nas primeiras décadas do século XIX, com a intensificação das pressões inglesas visando extinguir o comércio de africanos, que culminaria com

⁴ Silva, Pedro Alberto, "Declínio da escravidão no Ceará", Dissertação de Mestrado apresentada a UFPE, 1988, p. 35, 47. Esta questão também é discutida por Riedel, Oswaldo, *Perspectiva antropológica do escravo no Ceará*, Fortaleza: Edições UFC, 1988, p. 24.

a ilegalidade do tráfico, a confusão quanto à origem dos mesmos tornou-se ainda mais frequente.⁵

Ouando os escravos eram definidos como angola, não significava que estavam referindo-se a região correspondente ao atual território de Angola, mas a um espaço geográfico bem mais extenso. O termo esteve relacionado com o tráfico qual Luanda, Cabinda controlado pelos portugueses, no Benquela constituíram-se como principais portos de embarque ali capturados. A denominação caçanje africanos utilizada para caracterizar grupos de africanos fixados ao leste de Angola, que passavam pelo mercado de Caçanje, antes serem enviados para a costa. Esse mercado adquiriu importância como ponto de intercâmbio entre o interior da foram cativos África Central е Luanda. 0s cabindas comercializados através de Cabinda, outro porto de embarque situado na costa africana, ao norte de Angola, também ponto estratégico do tráfico. Normalmente todos os grupos étnicos, mesmo os que viviam mais ao norte, e que passavam por Cabinda, foram assim denominados.6

Majoritários entre os africanos que viveram em Fortaleza, os angolas foram preferidos como escravos pelos proprietários àqueles Frequentemente estes atribuíam luso-brasileiros. comportamentos tendentes docilidade obediência, à е ao contrário dos africanos capturados na Costa da Mina, sudaneses, "rebeldes" minas ou maioria entre que protagonizaram os levantes escravos na Bahia, inclusive o mais conhecidos de todos, a revolta dos malês ocorrida em 1835.

⁵ Esta questão é tangencialmente discutida por Oliveira, Maria Inês Côrtes de, "Quem eram os 'negros da Guiné'? A origem dos africanos na Bahia", in: Revista Afro-Ásia, n°19/20, 1997, p. 37-73.

⁶ Karasch, Mary C., *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 50-58.

Os povos bantos, na visão dos colonizadores, possuíam um "caráter natural" que os caracterizavam como mais adaptáveis à escravidão. Mas, o que aos olhos dos portugueses poderia ter sido menor capacidade de resistência à escravidão, para os africanos seriam formas e estratégias distintas de resistência.

Aos angolas estavam associadas também, a criação das Irmandades de cor de Nossa Senhora do Rosário, existentes em várias regiões do país. Em Fortaleza, a irmandade do Rosário dos Pretos, fundada em meados do século XVIII por africanos, certamente contou, em sua formação inicial, com a participação dos angolas. Na Bahia, os angolas eventualmente privilegiaram a associação com crioulos para a constituição das irmandades, em detrimento dos africanos de outras "nações". É bastante provável que a complexidade na composição racial da irmandade cearense expressasse a mesma proporção revelada no alto grau de miscigenação, perceptível na definição da cor dos cativos crioulos do Ceará.

Entre os *crioulos* ou escravos nascidos no Brasil, a maioria era de "pardos", compondo um percentual de 24,2% sobre o total dos brasileiros. Stuart Schwartz afirma que os pardos na Bahia nunca ultrapassaram um percentual de mais de 7% de sua população escrava nas primeiras décadas dos Oitocentos.¹⁰

Oliveira, Maria Inês, "Quem eram os 'negros da Guiné'"..., p. 51.

⁸ Bezerra de Menezes, Antônio, *Descrição da cidade de Fortaleza*, Fortaleza: Edições UFC, 1992, p. 162.

⁹ Reis, João José, A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX, São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 56.

Schwartz, Stuart B., "Brazilian ethnogenesis: mamelucos, mestiços and pardos", comunicação apresentada na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2-4, Junho, 1992, p. 26 (mimeo).

As denominações "pretos" e "crioulos" caracterizavam, respectivamente, os africanos e os escravos nascidos no Brasil. Esta assertiva normalmente confirmou-se para as regiões da Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, Maranhão, onde o tráfico internacional de escravos foi intenso. Na segunda metade do século XIX, quando a presença africana começou a se diluir naquelas províncias, "preto" passou a assumir nova conotação e podia designar também a cor da pele dos escravos brasileiros.

A denominação de "crioulo", no Ceará correspondia Brasil, ao passo que "preto" não escravos nascidos no originário da África. ao cativo equivalia propriamente listados pela origem. Α Normalmente os africanos foram ausência de um tráfico intenso no Ceará e da reposição frequente de africanos novos possibilitou certamente houvesse entre os escravos da província gerações mais antigas de crioulos - pardos, cabras, mulatos e caboclos - resultado entre os acentuada, mesticagem mais (descendentes próximos dos africanos) os brancos e os índios. Assim, aparecem nos inventários essas e outras definições para os escravos mestiços do Ceará, como é possível observar no quadro II.

Os pardos, cabras, mulatos e pretos eram as referências mais recorrentes. Os caboclos existiam em menor quantidade. Há casos em que aparecem determinadas composições cromáticas, para as quais optei por contabilizar pelo primeiro nome. Por exemplo, pardo-escuro e pardo-claro contabilizei como pardos, cabra-mulato e cabra-escuro, somei aos cabras, crioulo-preto somei aos crioulos, preto-crioulo aos pretos, e acaboclado aos caboclos. Mas foram poucos os casos desse tipo. Consta também,

como se pode notar, mais raramente, a presença de negros, fulas e de um cafuzo, mais precisamente, uma cafuza.

Quadro II

Distribuição dos escravos brasileiros quanto à cor.

Brasileiros	Total	% Sobre brasileiros
Pardo	205	24,2%
Cabra	159	18,7%
Mulato	153	18,0%
Preto	147	17,3%
Crioulo	143	16,8%
Caboclo	29	3,4%
Negro	08	1,0%
Fula	04	0,5%
Cafuzo	01	0,1%
Total	849	100%

Fonte: APEC-COF, Inventários post-mortem, Fortaleza, 1850-1884.

A multiplicidade de denominações representadas no quadro revela um percentual alto de mestiços entre os cativos do Ceará. É provável que muitos deles fossem naturais da região ou de províncias vizinhas. A exceção de apenas uma referência a escravo "natural desta província", os inventários não fornecem indicações sobre a naturalidade dos escravos, mas parece que esta deveria ter sido uma regra geral da escravidão brasileira, na qual a cor era, freqüentemente, a única referência para identificarmos a "nação" dos cativos nascidos no Brasil.

Como então compreender as "cores" dos escravos cearenses? Como interpretar este tão alto índice de mestiços? Como não podemos adivinhar o que se passava na cabeça de um avaliador, sugerimos a seguinte análise para as cores mais freqüentes.

A principal categoria de cor entre os cativos do Ceará era o pardo. Em virtude da pequena presença de africanos entre os

escravos arrolados nos inventários, é provável que a ascendência de pardos tenha sido negra e branca, independente da origem. Sheila Faria constatou que a categoria "pardo" na maioria das paróquias fluminenses no século XVIII, referia-se à terceira geração de africanos. 11 Para Karasch, analisando os escravos da Corte, os pardos, eram genericamente indivíduos identificados como descendentes de brancos portugueses negros africanos. Ainda de acordo a mesma autora, os pardos da Corte compuseram uma espécie de aristocracia entre os escravos brasileiros. Possuíam suas próprias associações e irmandades e, eventualmente, não se relacionavam com os mulatos, os quais a despeito de possuírem a mesmo grau de mestiçagem, eram mais estigmatizados. 12 Uma relação de disputa sem muito fundamento se levarmos em consideração o status da cor da pele porque, de acordo com João Reis, as diferenças entre pardos e mulatos, por exemplo, eram tão sutis, que foi muitas vezes definida pelo tipo de cabelo. 13 Se os pardos faziam mesmo esta distinção detinham um sentimento de superioridade racial, sociedade em que a definição da condição social, mesmo entre os escravos, era definida pela cor, podemos imaginar, então, como deveriam se sentir os pardo-claros!

Por sinal, escravos pardos e mulatos eram minoria entre a população escrava brasileira em geral e, paulatinamente, à medida que a entrada de africanos diminuía no país, o percentual deles tornava-se maior, especialmente entre a população livre. Os estudos sobre alforrias no Brasil demonstraram que os proprietários preferiam alforriar escravos pardos ou mulatos. Por esta razão, a incidência dos mesmos

¹¹ Faria, Sheila de Castro, A colônia em movimento..., p. 307.

¹² Karasch, Mary C., A vida dos escravos no Rio de Janeiro..., p. 38,39.

¹³ Reis, João José, "De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição", in: *Revista Afro-Asia*, n°24, 2000, p. 234.

entre a população livre de São Paulo, por exemplo, durante o século XIX, passou a ser ainda mais significativa. 14

Os cabras possuíam uma cor intermediária entre a parda e a preta. Eram, portanto, pardos mais escuros. É de supor que a variante pardo-escura pudesse compor um padrão de cor da pele à dos cabras. Na verdade, cabra era bastante próximo designação dada ao mestiço, filho de mulato e negra ou viceversa, cuja ascendência vinha passando por um processo de embranquecimento, ao qual o ascendente mestiço unira-se a um par negro, acarretando uma "volta atrás". Em Minas Gerais o termo "salta atrás", caracterizava os mesmos cabras da região norte/nordeste. 15 Karasch não atentou para esta singularidade acepção que designava indivíduos originários dos cabras. essencialmente da mestiçagem afro-brasileira. Talvez por isso, a autora tenha tido dificuldades em compreender o significado daquele termo, restringindo-se a considerar que o mesmo categorizava escravos sem raça definida, além do que, no Rio de Janeiro, classificavam-se como cabras os escravos de ambos os sexos, o que, segundo ela, deveria ser insultante para os escravos do sexo masculino. 16

Classifiquei como brasileiros os escravos arrolados como negros, porque raramente os avaliadores discriminaram os negros como africanos, encontrei um caso apenas. Quando se fala em fulas, entenda-se escravos negros com a cor da pele não muito escura, tendo o termo provavelmente sido derivado da similaridade com a cor da pele dos africanos fulanis. 17 Quanto aos caboclos ou acaboclados eram os escravos de forte ascendência indígena. Os cafuzos parecem ter sido os mesmos

¹⁴ Schwartz, Stuart B., "Brazilian ethnogenesis...", p. 21.

¹⁵ Idem, ibidem.

¹⁶ Karasch, Mary C., A vida dos escravos no Rio de Janeiro..., p. 39.

¹⁷ Reis, João José, "De olho no canto...," p. 233.

curibocas, mestiços de ascendência indígena e negra. Havia, portanto, uma miscigenação bastante profunda. Os próprios avaliadores não possuíam padrões definidos e, eventualmente, também se confundiam, porque foi possível perceber, num mesmo inventário, casos de escravos que apareciam mais de uma vez, registrados com cores distintas.

Acredito que o critério tenha sido maior para distinguir o africano do brasileiro. O africano era uma "peça" mais rara, falava outra língua e certamente era mais temido, até pela sua pouca representatividade na escravidão cearense. Sobre a dificuldade de caracterizar a cor da pele dos indivíduos no Brasil, João Reis alerta para o fato de que "a classificação racial é em grande medida situacional, depende do contexto, da posição social de quem classifica e de quem é classificado, e a coisa se complica, sobretudo, quando se trata dos mestiços". Esta análise ajuda, sem dúvida, a entender os critérios utilizados pelos avaliadores para categorizar os escravos do Ceará.

Portanto, os dados sobre a procedência dos escravos demonstram que a população escrava cearense era crioula e estável, e certamente bastante antiga no território, o que se confirma pelo alto grau de miscigenação. Os mesmos dados nos permitem afirmar, que a pequena presença de africanos não estava relacionada exclusivamente ao fechamento do tráfico, em 1850, mas a um processo anterior.

No Quadro III, podemos observar que havia praticamente um equilíbrio entre os sexos, com uma ligeira preponderância feminina entre os escravos cearenses. Nas décadas de 1850 e 1880 as mulheres estão pouca coisa acima, ao passo que, nas

¹⁸ Idem, p.234; Schwartz também chegou à mesma conclusão, cf.: "Brazilian ethnogenesis...", p. 31.

décadas intermediárias (1860 e 1870), os escravos do sexo masculino encontram-se ligeiramente em maior número.

Quadro III
Distribuição dos escravos por sexo.

Décadas	Masculino	ક	Feminino	ଚ
1850-59	175	15,4%	188	16,5%
1860-69	232	20,4%	225	19,7%
1870-79	138	12,1%	134	11,8%
1880-84	20	1,7%	27	2,4%
Total	565	49,6%	574	50,4%

Fonte: APEC-COF, Inventários post-mortem, Fortaleza, 1850-1884.

Nas principais regiões escravistas brasileiras, onde havia reposição intensa de africanos pelo tráfico, a proporção homem/mulher era sempre muito maior para os homens e a razão atingia índices exorbitantes. 19 A maior masculinidade incidência de homens entre os escravos, devia-se a alguns fatores básicos: primeiro, na África, havia uma tendência à venda das mulheres em menor número. O comércio de africanas encontrava mais mercado entre os próprios africanos e os Entre esses últimos, as mulheres eram mais orientais. valorizadas pela sua capacidade de procriação. Em segundo lugar, a predominância masculina relacionava-se à preferência dos proprietários brasileiros para a aquisição de escravos

¹⁹ Ver, por exemplo, para a Bahia, Schwartz, Stuart B., Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835, São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 287, 288.

plenamente produtivos, e pela pouca importância que eles davam à capacidade reprodutiva das mulheres.²⁰

Quando analisei os dados sobre a procedência dos escravos, vimos que a escravidão cearense era majoritariamente crioula, porque não havia reposição de africanos novos. Podemos agora observar, que havia também um equilíbrio entre os sexos, com ligeira preponderância feminina. Ora, em sociedades com níveis normais de crescimento demográfico, a razão de masculinidade situa-se em torno de 105, considerando-se o número de homens dividido pelo número de mulheres e multiplicado por encontrada entre os escravos razão bastante próxima da arrolados nos inventários cearenses, que foi de 101. Diante da escassez do fluxo de africanos, sem reposição contínua de homens, a população escrava do Ceará atingira praticamente os índices demográficos normais, dependendo principalmente do seu crescimento vegetativo para se reproduzir.

Por outro lado, o equilíbrio entre homens e mulheres também favorecia o crescimento vegetativo, resultando como desdobramento disso, o casamento entre escravos e uma expressiva taxa de fecundidade.

De acordo com os dados dos inventários, do total de 280 homens acima dos 16 anos, cinco (1,8%) deles eram casados. Entre os mesmos, um era casado com "mulher forra" e o outro com "mulher livre". Para estes, dificilmente haveria filhos escravos, exceto no caso do primeiro haver se casado antes da companheira ter sido alforriada. Os demais escravos casados, aparecem arrolados ao lado de suas mulheres, sendo o casal propriedade de um mesmo dono. Foi possível perceber a estabilidade da relação dos casais, pois a maioria estava

²⁰ Faria, Sheila de Castro, *A colônia em movimento...*, p. 295. Sobre o mesmo assunto, cf.: Schwartz, Stuart B., *Segredos internos...*, p. 292.

situada numa faixa etária igual ou superior a quarenta anos de idade, revelando que talvez fossem casados há alguns anos, bem como através das idades dos filhos listados junto ao casal.

Para as escravas, o índice de casamentos foi um pouco maior do que o encontrado em relação aos homens. Doze mulheres (4,4%), do total de 275 escravas (também acima dos 16 anos) foram listadas como "casadas", sendo que outras cinco delas aparece apenas como "mulher" de escravo. Apenas uma era casada "homem livre". As demais tiveram seus cônjuges eventualmente, filhos escravos arrolados no mesmo plantel. Ressalta-se que a freqüência de casamentos entre os escravos no Ceará ganha ainda mais amplitude, quando verificamos que os estavam distribuídos de forma praticamente mesmos proporcional, ao longo das décadas, entre os inventários analisados.

Das 198 mulheres em idade reprodutiva (entre os 16 anos e 35 anos), 45 delas (23%) tinham de um a cinco filhos. 21 Em apenas dois casos, observei que, curiosamente, os homens aparecem explicitamente como pais. No inventário de Francisca D'Agrela Gouveia, proprietária de 30 escravos, por exemplo, consta de quatro mães escravas e um pai acompanhado dos seus filhos: Claudina aparece listada com sua filha Ignácia, Ana Mussú, com seus dois filhos Francisco Romão e Antônio; Vicência, com suas três crias, Damiana, Miguel e João; Maria Pena, com cinco filhos, Vergelina, Francisca Pena, Rosalina, Manuel e Francisco Xavier; e, finalmente, o escravo José Francisco, casado com a escrava Benedita, com seus quatro

Adotei a faixa etária inicial dos dezeseis anos porque, com essa idade, encontrei escravas que foram arroladas já com seus respectivos filhos, a despeito de não ter encontrado nenhum pai com essa idade.

filhos: Laura, Verônica, Feliciano e Quirino. 22 Uma pequena comunidade escrava. Provavelmente pais e filhos viviam juntos. Observei também que alguns filhos foram listados segundo a filiação materna, mas as mães não constam junto aos mesmos; como também existe a indicação de mães que tinham apenas "filhos livres" (depois da lei de 1871), ou "ingênuos", sem que fossem explicitados seus nomes.

Entre os bens de outros inventariados constam escravos que partilhavam entre si fortes laços de parentesco. Os únicos cinco escravos do proprietário Francisco das Chagas Rangel, por exemplo, eram o casal Maria e Joaquim e seus três filhos, Leandra, Cyrillo e Catharina. Entre os escravos do proprietário Joaquim Oliveira Façanha, a escrava Luisa aparece com seus três filhos, Maria, Francisco e João. 4 Os escravos Benedito, Rosalina e Luzia, foram identificados como filhos da escrava Raimunda. Toda a família era escrava da inventariada Maria Pio de Freitas. E, finalmente, os únicos bens da proprietária Maria Isabel de Jesus eram seus escravos, Josefa, mãe de cinco filhos, Maria, Margarida, Tomasia, Leonardo e Conrado. 6

O crescimento demográfico da população escrava encontrava condições menos favoráveis em regiões nas quais a razão de masculinidade era alta. Havia basicamente algumas razões para esse fato, relacionado à estrutura da escravidão nessas

 $^{^{22}}$ APEC-COF, Inventário de Francisca D'Agrela Gouveia, 08 de fevereiro de 1871, maço 203.

 $^{^{23}}$ APEC-COF, Inventário de Francisco das Chagas Rangel, 20 de maio de 1862, maço 117.

²⁴ APEC-COF, Inventário de Joaquim Oliveira Façanha, 02 de junho de 1871, maço 136.

²⁵ APEC-COF, Inventário de Maria Pio de Freitas, 04 de abril de 1859, maço 162.

²⁶ APEC-COF, Inventário de Maria Isabel de Jesus, 03 de outubro de 1871, maço 163.

regiões: a reposição constante de africanos pelo tráfico, que a cada período duplicava o número de escravos jovens, aumentando a razão de masculinidade.

Do ponto de vista demográfico, esses aspectos eram negativos. A depender do período, havia uma quantidade de homens duas ou três vezes superior à de mulheres, e o pequeno número destas refletiria no baixo índice de fecundidade, e por conseguinte, do número de crianças cativas.²⁷

Partindo da mesma lógica, observei o inverso na estrutura da escravidão cearense. Havia todas as razões positivas para o elevado crescimento vegetativo: uma escravidão crioula, antiga e estável, que não experimentara reposição da escravaria, bem como uma razão de masculinidade proporcional. Praticamente o oposto do que se verificava nas províncias cuja mão-de-obra escrava era o principal suporte da economia.

Vê-se, portanto, que a análise do sexo dos escravos e a observação da posse dos mesmos nos inventários revelam indícios esclarecedores da escravidão, e é possível, através deles, observar as possibilidades abertas para o crescimento vegetativo da população escrava cearense. Até aqui analisamos os dados sobre procedência e sexo. Veremos, a seguir, o que os inventários nos indicam acerca das idades dos escravos.

Do total de 1.139 escravos arrolados, constam informações sobre a idade de 1.049 (92%). Dos 565 escravos do sexo masculino, inexiste esta informação apenas para 52 (4,6%), enquanto que para as escravas este índice cai para 38 (3,3%). Vê-se então que, no geral, a variável idade encontra-se bem informada nos inventários.

²⁷ Schwartz, Stuart B., Segredos internos..., p. 290.

As variações de preços dos escravos ajudaram-nos a compor padrões para algumas faixas etárias, que estavam relacionadas à capacidade produtiva dos mesmos. Normalmente os escravos jovens e adultos, pela suas melhores condições físicas, eram mais exigidos e explorados no processo produtivo e atingiam preços elevados. Crianças velhos е possuíam uma capacidade produtiva, e, por esse motivo, eram menos valorizados e alcançavam preços mais modestos.

Quando analisei as médias de preços das crianças, observei que as mesmas começam a sofrer alterações entre cinco e sete anos de idade, intensificando-se nesta última faixa etária. Dos oito aos trinta anos estas médias, para ambos os sexos, continuam proporcionalmente elevadas, sendo que entre os trinta e quarenta anos elas são relativamente menores. Acima dos quarenta anos as médias são sempre decrescentes para homens e mulheres. Para as últimas, verifiquei que a velhice chegava mais cedo se comparada aos homens. Contudo, no geral, para ambos os sexos, na faixa etária dos quarenta anos as médias de preços começam a declinar, e decaem de forma considerável a medida em que as idades avançam.

Esse procedimento metodológico e outros dados evidenciados na série permitiram que fossem identificadas cinco faixas etárias. Classifiquei como crianças, os escravos situados entre os primeiros meses e sete anos de idade. Aos sete anos, devido ao considerável salto de seus preços, acredito que as crianças escravas no Ceará desempenhavam alguma atividade produtiva, como apontaram Kátia Mattoso e Maria José Andrade, em estudos

Ressalto que os preços das escravas jovens foram relativamente maiores e até equivalentes aos dos homens das mesmas faixas etárias e períodos, especialmente antes de 1871. Acredito que isso se deve não ao fato delas possuírem melhor vigor físico, mas pela importância que no Ceará elas desempenhavam enquanto reprodutora de produtores, aspecto que veremos mais adiante.

dos inventários para Salvador. 29 Aliás, são das mesmas autoras as denominações das demais categorias definidas a seguir.

denominação "moleque" "moleca" Acredito a ou que identifica, de forma razoável, os escravos e escravas cearenses situados entre os oito e quinze anos de idade, pois nesta faixa etária os escravos(as) não possuíam preços de crianças, mas também mais raramente atingiam médias de adultos(as).30 Na categoria dos "ainda moço ou moça" inclui os escravos(as) na faixa etária entre os dezeseis e vinte cinco dezesseis anos os escravos já atingiam uma idade produtiva, e dezeseis encontrei escravas COM anos que já eram mães. Entretanto, nesta faixa etária os escravos(as) eram "ainda moços" porque a frequência dos mesmos listados na série com alguma qualificação, isto é, ainda mais produtivos, são os de "maior", situados entre os vinte seis e quarenta e cinco anos disso, de idade. Emrazão optei por categorizar como velhos(as), os escravos(as) situados acima dos quarenta e cinco, porque nesta faixa etária, além das médias de preços serem menores, como apontei anteriormente, não havia mais escravos listados com qualificação profissional.

Ver, Andrade, Maria José de Souza, A mão-de-obra escrava em Salvador. (1811-1860), São Paulo: Corrupio, 1988, p. 109; Mattoso, Kátia, "Os escravos na Bahia no alvorecer do século XIX. (Estudo de um grupo social)", in: Revista de História, n° 97, São Paulo, 1974, p. 121, ver também dessa mesma autora, "O filho da escrava(em torno da Lei do Ventre Livre." In: Lara, Silvia H. (org.), Revista Brasileira de História. São Paulo: v. 08, mar/ago, n° 16, 1988, p. 40.

Mattoso utilizou o termo "moleque" para designar "quando os jovens escravos deixam de ser crianças para entrar no mundo dos adultos, mas na qualidade de aprendiz, de moleque ou moleca, termos que designavam outrora todo pequeno negro ou jovem" mas adverte que o termo hoje pode ter tomado "um sentido um pouco crítico, um pouco pejorativo, pois passam a designar o jovem, do sexo principalmente masculino, considerável irresponsável!" O que obviamente, como a autora, não foi minha intenção aqui. Cf.: Mattoso, Kátia, "O filho da escrava...", p. 42. Com sentido parecido, Carvalho lembra que "muleke" é a palavra kibundu para dependente. Cf.: Carvalho, Marcus, J.M de, Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850, Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998, p. 229.

A frequência das idades desses escravos era proporcional às exigências do mercado e à realidade de uma escravidão, repito, onde não havia reposição de escravos pelo tráfico e cujo contigente considerável dos mesmos fora deslocado para o sudeste através do tráfico interno.

Quadro IV
Distribuição dos escravos por faixa etária.

Décadas	Cri	ança	Mole	_	Ai.	nda	Mai		1	lho	N.	. E
]	(0	-7)	(8-1	15)	1)ÇO	(26-	45)	'	em		
1	j				(16	-25)			dia	nte)		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	<i>M</i>	F
1850-59	38	52	29	18	27	35	40	45	24	23	17	14
1860-69	50	54	36	56	48	37	45	49	27	13	26	17
1870-79	18	15	44	28	28	37	29	33	10	14	09	07
1880-84	_	_	06	07	08	09	05	09	01	02	_	_
Total	106	121	115	109	111	118	119	136	62	52	52	38
ક	9,3	10,7	10,1	9,6	9,7	10,3	10,4	12	5,4	4,6	4,6	3,3

Fonte: APEC-COF, Inventários post-mortem, Fortaleza, 1850-1884.

Considerando os dados sobre as idades dos escravos, pode-se concluir, primeiramente, que os mais produtivos (ainda moço e maior) não predominavam de forma significativa, chegando mesmo a constituírem um contingente bastante equilibrado com o de crianças e moleques. Percebe-se também, que era alta a taxa de fecundidade e baixa a de mortalidade, justificadas pela incidência de crianças de velhos, respectivamente, е indicativas de que a população escrava dependia de si própria para realização de sua reposição física. E, por relacionada com os dois primeiros aspectos acima, era alta a razão de dependência (o quociente entre a população economicamente dependente, crianças e idosos, e a população economicamente ativa, no caso, moleque, ainda moço e maior).

CAPÍTULO 3

Outras qualidades: ocupações, condição de saúde e preços

3.1. Escravos especializados.

As informações sobre as ocupações dos escravos, como de praxe, foram também bastante raras nos inventários de Fortaleza, tanto para homens quanto para mulheres, constituindo apenas 3,7% do universo.

Quadro I
Classificação dos escravos segundo ocupação.

Escravos	Homens	용	Mulheres	્રે
Com Ocupação declarada	30	5,3%	13	2,3%
Sem ocupação declarada	535	94,7%	561	97,7%
Total	565	100,0%	574	100,0%

Fonte: APEC-COF, Inventários post-mortem, Fortaleza, 1850-1884.

Para todas as décadas, as informações sobre as ocupações dos escravos superam às das escravas, com exceção da de 1880. Contudo, apesar de ser desconhecida a ocupação da imensa maioria dos escravos, e de que poucas delas, ligadas ao meio rural, tenham sido registradas, é provável que a maioria dos escravos estivessem ocupados nesse setor, conclusão que discutirei mais adiante.

Para a década de 1850, encontrei ocupações típicas do setor urbano onde era mais comum a presença de escravos com alguma qualificação. Sigo aqui o sentido empregado por Kátia

Mattoso para o termo "qualificação", que, segundo a autora, serve para distinguir os escravos que possuíam um certo domínio sobre uma atividade artística, como os marceneiros, alfaiates, costureiras, pedreiros, etc., daqueles empregados em atividades que não exigiam uma aprendizagem mais específica, tais como os escravos ocupados no "serviço do campo", na "agricultura" ou no "serviço doméstico", por exemplo.¹

Ceará, existindo, no Acredito gue não estruturais muito favoráveis aos investimentos em mão-de-obra fator influiu sobre o interesse esse proprietários em qualificar seus escravos, diferentemente de outras províncias escravistas. Deste modo, somente os que se distinguiam dos demais no tocante à escravos especialização ocupacional, tiveram seus ofícios registrados. Eles foram poucos, mas suas ocupações serão aqui analisadas, como de praxe, por décadas.

Ao longo da década de 1850, dos oito escravos cujas ocupações são conhecidas, quatro eram pedreiros, sendo que um deles era apenas aprendiz; três eram escravos de aluguel e um era alfaiate. Dentre os escravos de aluguel, para um apenas foi mencionada a ocupação: pedreiro. Entre as escravas, duas eram costureiras. Nota-se que a maioria destes escravos qualificados era constituída por adultos jovens.

Como é possível verificar, houve uma pequena presença de trabalhadores escravos artesãos ou profissionais especializados, como alfaiates, costureiras e pedreiros, mas eram escravos caros e requisitados. Cheguei a esta conclusão

¹ Mattoso, Kátia M. de Queirós, "Os escravos na Bahia no alvorecer do século XIX (Estudo de um grupo social)", in: *Revista de História*, n° 97, São Paulo, 1974, p. 122.

quando analisei seus preços e os bens de seus proprietários: eram escravos de famílias ricas de Fortaleza, que residiam no centro mais dinâmico da capital. Assim, esses escravos tanto podiam exercer sua atividade exclusivamente para seu proprietário (como as costureiras, p. ex.), como poderiam ser escravos de aluguel (como o pedreiro), ou ainda serem auxiliares de seus senhores ou senhoras, em suas respectivas profissões de alfaiates ou de costureiras.

Nenhum dos documentos desta década indica a utilização de escravos no sistema-de-ganho, diferentemente dos escravos de aluguel, presentes no período. Em Fortaleza, a escassez de trabalho especializado era muito grande, e o aluguel de escravos sustentava alguns senhores na capital.

No inventário de Manuel Mendes da Cruz Guimarães, por exemplo, encontrei informações sobre o aluguel de seus escravos, cuja análise pode nos auxiliar a entender melhor a rentabilidade dessa mão-de-obra na capital cearense. Nele consta que a média mensal do jornal de um escravo pedreiro, jovem, girava em torno dos 30\$000 réis; aproximadamente 1\$000 réis ao dia, enquanto um outro escravo, mais velho e sem qualificação, rendia, em média, 6\$000 réis ao mês, isto é, cerca de 200 réis por dia, livres de despesas e de gastos extras com manutenção.²

Posso daí deduzir, que o serviço de um escravo jovem e qualificado valia cinco vezes mais do que o trabalho de um outro, mais velho, sem ocupação definida. Ou seja, a renda do aluguel de um escravo no mercado de trabalho era proporcional aos seus atributos individuais e à sua qualificação. Depois, se levarmos em conta o que afinal realmente interessava a

 $^{^2}$ APEC-COF, Inventário de Manuel Mendes da Cruz Guimarães, 09 de setembro de 1855, maço 161.

este proprietário, a relação custo/benefício, vemos que o aluguel dos seus escravos era um bom negócio, na medida em que com os jornais diários era possível cobrir o capital investido com a aquisição dos dois escravos em um curto período de tempo; sem considerarmos, entretanto, o provável ônus com a especialização dos mesmos.

Para reaver o valor de 1:000\$000, correspondente à soma do valor dos escravos, desconsiderando as oscilações do mercado, vemos que em menos de quatro anos, este proprietário recuperaria, através desse tipo de negócio, o capital investido em seus escravos. Vê-se, portanto, que o aluguel de escravos constituía num excelente investimento para os proprietários cearenses, especialmente nos momentos de prosperidade econômica, quando provavelmente se podia alugálos por um preço mais elevado.

Nesse sentido, os poucos proprietários que utilizavam a mão-de-obra escrava na cidade entenderam que podiam extrair uma rentabilidade maior alugando a força de trabalho cativa, fosse ela qualificada ou não. Os escravos qualificados, enquanto minoria, na escravidão cearense, certamente devia levar vantagem na concorrência com outros escravos e mesmo em relação aos trabalhadores livres.³

Para a década de 1860, aparecem registradas as seguintes profissões, para quinze escravos do sexo masculino: sete pedreiros, sendo que um deles possuía apenas "princípio de pedreiro", e dois eram "oficiais"; quatro marceneiros; um cozinheiro; um boleeiro (cocheiro); um ferreiro, um alfaiate

³ Sobre trabalhadores livres no Ceará, ver Alegre, Sylvia Porto, "'Fome de braços' - questão nacional: notas sobre o trabalho livre no nordeste no século XIX." In: Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, Vol. 16/17, n° 1 e 2, 1985/1986, p. 105-142.

e um vaqueiro. Entre as mulheres, apenas uma escrava era "de ganho".

Para o Rio de Janeiro, Mary Karasch constatou que a profissão de pedreiro e outras ligadas aos serviços de construção em geral, como a de marceneiro e ferreiro eram bastante comuns entre os escravos e libertos especializados na cidade. Os ferreiros, habilidosos artífices, manipulavam diversos tipos de metais como ferro, bronze, prata, cobre, etc.⁴ Em Fortaleza, entre os poucos escravos com ofícios declarados, os pedreiros também foram maioria. Na década de 1860, os escravos pedreiros, marceneiros, e ferreiros certamente participaram das reformas urbanas, então em curso.

Ainda segundo Karasch, os escravos boleeiros ou cocheiros geralmente pertenciam às famílias muito ricas e eram privilegiados, diferenciando-se dos outros escravos pelas fardas ou uniformes que vestiam. Na Fortaleza antiga, os boleeiros, dos antigos bondes puxados a burros, usavam fraques. A presença deles nos anos 60, revela que ricos proprietários, antes mesmo da criação desses bondes, em 1880, já transitavam em seus coches pela cidade.

De forma bastante singular, constatei a presença de um vaqueiro, profissão exercida normalmente por homem livre, visto que a liberdade era inerente ao cuidado do gado que vivia solto pelos pastos. É provável que Bento, de 33 anos, fosse um exímio vaqueiro, porque seu valor equivalia ao de um escravo, do mesmo plantel, quatorze anos mais jovem, mas sem qualificação. Em relação aos outros escravos, o preço do

⁴ Karasch, Mary C, A vida dos escravos no Rio de Janeiro..., p. 277.

⁵ Idem, p. 287.

⁶ Girão, Raimundo, *Geografia Estética de Fortaleza*. Fortaleza, Banco do Nordeste, 2°edição, 1979, p. 165.

vaqueiro foi relativamente superior, significando que era o mais produtivo.

Quanto à escrava "de ganho", a informação sobre o tipo de relação de trabalho estabelecida entre ela e a inventariante foi colhida ao longo do inventário, datado de 1866, e não da descrição dos bens de seu falecido senhor, proprietário de mais onze escravos. Sua viúva e inventariante, pretendia vendê-la, e para tanto alegava o seguinte:

"Diz Lucinda Vieira D'Azevedo, tutora dos menores seus filhos, julga de urgente necessidade vender a escrava Genoveva, crioula, de 21 annos, pertencente a orfã Anna, por achar-se inteiramente rebelde e extraviada de sorte que nada mais paga por semana, donde pode vir a resultar ou a fuga, ou a pretenção de manumição cujo valor sempre é menor do que o que dá no commercio (...)".8

indica Genoveva trabalhava nas ruas, Tudo que comércio ambulante ou de gêneros provavelmente no alimentícios e tinha que trazer uma quantia semanal, mas pelo que se deduz do texto da petição da inventariante, deixara de pagar o valor estipulado. De acordo com a análise de Eduardo Campos, a diária estimada de uma escrava de ganho, em 1866, na capital cearense, era de 2\$000 réis. 9 Tomando o valor de Campos como referência, Genoveva estaria deixando de pagar a sua senhora cerca de 10\$000 réis semanais, 40\$000 por mês!

⁷ APEC-COF, Inventário de João Batista D' Azevedo e Sá, 27 de setembro de 1865, maço 135.

⁸ APEC-COF, Inventário de João Batista D' Azevedo e Sá, 27 de setembro de 1865, maço 135(Grifo meu).

⁹ Campos, Eduardo, Revelações das condições de vida dos cativos do Ceará. Fortaleza: Secretaria da Cultura e do Desporto, 1984, p. 17.

Este último valor corresponde a 10% do preço da escrava constante no arrolamento dos bens. 10

Evidentemente era mais comum encontrar este tipo de utilização da mão-de-obra (escravos de ganho e aluguel) nos grandes centros escravistas, onde o mercado de trabalho era mais amplo e diversificado. Esgundo Pedro Alberto Silva, a estrutura da economia cearense, na qual o mercado exportador nunca fora muito intenso, e, portanto, o escravo não era tão exigido no trabalho, favoreceu a prática dos proprietários permitirem que seus escravos realizassem trabalhos "extras". A atuação de escravos de ganho pode ser aqui interpretada como tal. 12

Na década de 1870, a pior em termos econômicos para a província, diminui consideravelmente o número de escravos qualificados se comparado ao período anterior. Do total de sete escravos com ocupações conhecidas, três eram pedreiros; dois estavam ocupados na agricultura; um era boleeiro e, o último, ferreiro. Três escravas ocupavam-se do serviço doméstico e uma era cozinheira.

Os pedreiros ainda prevalecem, mas, também, ao longo da década de 1870, vemos escravos artífices e ocupados na

 $^{^{10}\,}$ APEC-COF, Inventário de João Batista D' Azevedo e Sá, 27 de setembro de 1865, maço 135.

¹¹ A escravidão urbana foi estudada sob diversas formas, direta e indiretamente, por vários autores. Confere, Soares, Carlos Eugênio, "Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX", in: Lara, Silvia (org.), Revista Brasíleira de História, São Paulo, v.08, nº 16, mar/ago, 1988, p. 107-142; Silva, Marilena Rosa da, Negro na rua: a nova face da escravidão, São Paulo: HUCITEC, 1988; Algranti, Leila Mezan, O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1822), Petrópolis: Vozes, 1988; Para a Bahia, ver, por exemplo, Reis, João José, Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835), São Paulo: Brasiliense, 1986; Oliveira, Maria Inês Côrtes, O liberto: o seu mundo e os outros (1790-1890), São Paulo: Corrupio, 1987.

12 Silva, Pedro Alberto, "Declínio da escravidão no Ceará." Dissertação de Mestrado apresentada à UFPE, 1988, p. 97.

agricultura. Como demonstraram os dados para este decênio, as escravas eram mais utilizadas no trabalho doméstico.

A depender da situação sócio-econômica do proprietário, e, eventualmente, por trabalharem mais próximos aos seus senhores, os escravos domésticos eram mais bem tratados, tinham melhores roupas e condições de sobrevivência e eram preferidos para receberem alforrias. Embora isso talvez não tivesse sido sempre assim, na medida em que, como diz Mattoso, "protegidos talvez melhor, materialmente, faltavalhes porém, a completa liberdade de movimentos. Esta falta de liberdade não deve ser menosprezada pois era afinal entre os escravos domésticos que nasciam as resistências e, às vezes, explodiam os ódios."¹³

Na década da abolição, as nove ocupações informadas pelos inventários foram as seguintes: dois escravos que trabalhavam na agricultura; três escravas, também neste setor; três escravas eram cozinheiras e uma possuía o ofício de costureira. Nesta década, ao contrário das anteriores, houve mais escravas com ocupações declaradas e não constava mais nenhum escravo com qualquer debilidade física ou doença. A mão-de-obra escrava qualificada aos poucos foi escasseando, tornando-se praticamente ausente na década da abolição.

De acordo com os dados, pude então classificar as ocupações declaradas para os escravos de Fortaleza em três categorias: 1) escravos especializados; 2) escravos da agricultura ou da lavoura; 3) escravos domésticos.

Mattoso, Kátia M. de Queirós, Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX, São Paulo: HUCITEC/ Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978, p. 290.

É importante frisar que essa categorização foi condicionada pelo tipo de documentação, pois, na prática, os senhores não mantinham uma divisão rígida quanto à ocupação de seus cativos. Eles "esperavam que seus escravos de ambos os sexos fossem versados em tantas funções quantas lhes fossem exigidas". Assim, um escravo ou escrava podia trabalhar na roça, na cozinha de seus senhores e, ao mesmo tempo, ocupar-se de atividades ao ganho, por exemplo. Por isso, concordo com Pedro Alberto de Oliveira que "o cativo cearense desempenhou diversas funções sócio-econômicas na história do Ceará, dependendo do local onde trabalhava e a época em que viveu em se tratando da segunda metade do século XIX". 15

A categoria dos escravos especializados compõe 76,6% das ocupações especificadas para todo o período. Os mais presentes, como vimos, foram os pedreiros. Nessa categoria estavam os escravos com as maiores avaliações. Os escravos com ofício eram utilizados também como mais uma fonte de renda para seus proprietários, e trabalhavam como escravos de ganho ou aluguel, na medida em que dificilmente proprietários manteriam escravos qualificados somente para uso próprio. 16

Os empregados na agricultura ou escravos da lavoura compuseram 13,3% dos escravos com ocupações declaradas. Eram os escravos da lavoura de subsistência, responsáveis pelo trabalho nas roças, currais, sítios, etc. Já discuti que em Fortaleza houve um surto de desenvolvimento econômico neste período, mas havia na cidade um baixo índice de urbanização, e entre os bens dos proprietários de escravos encontram-se

¹⁴ Karasch, Mary, A vida dos escravos no Rio de Janeiro..., p. 260.

¹⁵ Silva, Pedro Alberto, "Declínio da escravidão...", p. 80.

Andrade, Maria José de Souza, A mão-de-obra escrava em Salvador..., p. 137.

diversas benfeitorias que indicavam a presença de pequenas atividades agrícolas na capital e em seus arrebaldes.

Os escravos domésticos representaram 10% do total de escravos com ocupação. Incluí entre os domésticos também os boleeiros. No Ceará, os boleeiros (cocheiros), atuavam numa atividade especial de transporte de passageiros ou de cargas, que provavelmente não exigisse deles tanto esforço, se levarmos em consideração as ruas planas e pouco acidentadas da capital cearense.

Para as escravas apliquei as mesmas categorias utilizadas para os homens. E das treze mulheres com ocupações declaradas, 53,8% delas pertenciam a categoria das escravas domésticas; 23,07% eram da lavoura; e o mesmo percentual reunia as escravas com alguma especialização profissional. Em relação à estas, em sua totalidade, eram costureiras. Certamente, assim como os homens, o trabalho das costureiras representou mais uma fonte de renda para seus proprietários.

Finalmente, o que podemos dizer a respeito do contingente dos escravos que não tiveram suas ocupações declaradas?

Bom, se há poucos ofícios declarados nos inventários de Fortaleza, raríssimos foram casos que encontramos indicações referentes aos escravos ocupados na agricultura, embora tenhamos chegado a conclusão de que praticamente os outros escravos sem registro de ocupação, e produtivos, estavam ocupados essencialmente neste setor.

De acordo com Eurípedes Funes, para as primeiras décadas do século XIX, "a população escrava concentrava-se naquelas áreas consideradas produtivas da província, que se destacavam por suas atividades agro-pastoris." Na verdade, não havendo

¹⁷ Funes, Eurípedes, "Negros no Ceará", In: Souza, Simone(org.) A nova história do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p. 110.

uma lavoura extensiva no Ceará e a pecuária não exigindo uma quantidade grande de mão-de-obra; nas cidades cearenses de economia mais próspera, voltadas para esses dois setores, incluindo Fortaleza, os escravos fizeram-se mais presentes, predominando, entretanto, sempre pequenas e médias "posses" de escravos na província. 18 Para o período correspondente ao nosso estudo, de meados do século à abolição, Josemir Camilo de Melo, discutindo outras questões, chegou também à mesma conclusão. De acordo com suas análises, a despeito do Ceará possuído baixos índices de escravos ocupados agricultura, se comparado às outras províncias nordestinas, foi neste setor que se concentrou o maior percentual da mãode-obra escrava às vésperas da abolição. 19

Assim, acredito que a maioria dos escravos que compõe nosso universo trabalhava na agricultura de subsistência, cujos proprietários eram pequenos e médios produtores rurais, que os utilizavam no processo de produção de farinha, na lida com os animais, nos engenhos de pequeno porte, nos roçados e pomares, onde se produzia a aguardente, a rapadura, o queijo coalho e outros itens, muitas vezes revertidos para o consumo imediato ou comercializados no mercado local.

Porém, considero que no Ceará os dados dos inventários sobre as ocupações dos escravos não nos permitem detectar os limites das atividades de cada um, muito provavelmente porque o silêncio na documentação esteja a significar um traço óbvio da sociedade: o fato dos escravos, de modo geral, ocuparem-se de diversas tarefas e não apenas de uma função determinada.²⁰

¹⁸ Funes, Eurípedes, "Negros no Ceará...", p. 113.

¹⁹ Melo, Josemir Camilo de, "Ceará: abolição precoce ou crise econômica?", In: Funes, Eurípedes & Gonçalves, Adelaide (orgs.), Abolição da escravatura no Ceará: uma abordagem crítica. Fortaleza: Cadernos do NUDOC, Série História, n°01, 1988, p. 35.

²⁰ Funes, Eurípedes, "Negros no Ceará...", p. 113.

3.2.0s escravos debilitados: condição de saúde.

Α documentação fornece três tipos de informações distintas sobre o que classifiquei como doenças dos escravos: aquelas nas quais o diagnóstico já havia certamente sido dado por algum especialista, como a "morféia" ou "lepra". As que não possuíam nenhuma precisão científica, como identificados os doentes de "calor do fígado". E, por fim, os informações gerais que podiam revelar apenas sintomas de doenças, como no caso da "asma", ou quando constam indicações do tipo "doente de uma ferida na perna". Diante disso, suponho que o diagnóstico sobre a condição de saúde sempre escravos quase partia de leigos, isto é, dos avaliadores ou dos próprios inventariantes.

A falta de informações precisas sobre as doenças era muito comum no século XIX, e, no caso particular da asma, por exemplo, a confusão dos médicos era tão evidente que eventualmente não se sabia se o sintoma poderia estar relacionado a problema respiratório ou cardíaco.²¹

Considero que doencas dos as escravos estiveram associadas ao tipo de trabalho que desempenhavam, a uma alimentação hipocalórica e precária em vitaminas, bem como à falta de cuidados e o desconhecimento de hábitos básicos de higiene por parte dos proprietários. Para Mary Karasch, a falta de uma boa alimentação e de roupas, aliadas às condições de moradia enfraqueciam os escravos, que ficavam mais suscetíveis e propensos aos ataques de vírus, bacilos e bactérias.²²

Andrade, Maria José de Souza, *A mão-de-obra escrava em Salvador...*, p. 156,157.

²² Karasch. Mary C., A vida dos escravos no Rio de Janeiro..., p. 207.

Sobre esta questão, Andrade considerou que "a existência de trabalhos forçados, a deficiência de assistência médica e as dificuldades de alimentação farta e rica na cidade foram as causas que mais contribuíram para o precário estado de saúde da população escrava."²³

De acordo com um texto reproduzido de um jornal de época por Oswaldo Riedel, consta que a base da alimentação dos essencialmente carne, milho escravos cearenses era farinha.²⁴ províncias essencialmente 0s escravos de escravistas não tinham muito acesso a uma alimentação desse tipo, especialmente porque nelas havia uma carência alimentar maior em função de problemas de desabastecimento. Acredito que os escravos cearenses não enfrentavam este problema, na lavoura de subsistência que medida emque havia uma possibilitava melhor acesso a alimentação.

Quadro II
Classificação dos escravos segundo estado de saúde.

Escravos	Homens	ફ	Mulheres	ଚ	
Com doença	29	5,1%	30	5,2%	
Sem doença	536	94,9%	544	94,8%	
Total	565	100%	574	100%	

Fonte: APEC-COF, Inventários post-mortem, Fortaleza, 1850-1884.

No cômputo geral, verificamos que os escravos doentes compunham aproximadamente 5,2% do total dos escravos da série. Os doentes eram poucos, portanto, se comparados às outras regiões. Considero realmente ser um número pouco

Andrade, Maria José de Souza, A mão-de-obra escrava em Salvador..., p. 161.

²⁴ Riedel, Oswaldo de Oliveira, *Perspectiva antropológica do escravo no* Ceará. Fortaleza: Edições UFC, 1988, p. 87.

expressivo para uma província cuja economia era periférica e onde não mais havia reposição externa dos escravos.

A presença de doenças entre homens e mulheres era equilibrada, com uma pequena preponderância numérica para as escravas. Ao longo das quatro décadas, o índice de escravos doentes foi sempre decrescente. Deste fato pode-se inferir a hipótese de que, nas últimas décadas da escravidão, a escassez da mão-de-obra fez com que os proprietários cearenses passassem a cuidar mais da saúde e da manutenção de seus escravos.

Para a década de 1850, os inventários registram uma maior incidência de escravos doentes, sendo que a maioria deles era do sexo masculino, e, desses, seis aparecem apenas como "doentes" ou "adoentados"; outros seis eram aleijados, inválidos ou portadores de problemas na perna, sendo que um deles possuía reumatismo; um era doente de "gota" (também um tipo de reumatismo causado pelo excesso de ácido úrico no organismo); outro era "quebrado" (provavelmente sofria de hérnia intestinal, quebradura). Para as escravas, em nove casos consta apenas a designação genérica de "doente" ou "adoentada"; sendo que para um caso constava sofrer transtornos mentais, registrada como "loucura". dessas doenças influíam mais, outras menos, no valor final da avaliação, outras, como a "loucura" não era sequer objeto de avaliação. Penso que o critério dos avaliadores tenha sido, muitas vezes, a gravidade da doença e a interferência delas no grau de produtividade dos escravos.

As indicações genéricas como "adoentado" ou "doente" acompanhando o nome do escravo sugerem, em primeira instância, doenças temporárias. Entretanto, nos inventários normalmente apareciam especificadas as doenças "permanentes"

ou àquelas que pudessem influenciar decisivamente na avaliação dos mesmos.

aos aleijões ou à invalidez, era relação impossível identificar, nesse tipo de fonte, problemas congênitos ou adquiridos no trabalho. As moendas de cana frequentemente estropiavam partes do corpo de escravos distraídos ou cansados, ao passo que a carência alimentar das mães escravas interferia na má formação congênita dos bebês. Contudo, "na medida que examinamos o escravo como força de trabalho, em qualquer dessas situações as suas possibilidades como mão-de-obra eram reduzidas." Não descarto também a possibilidade de que os aleijões ou a invalidez pudessem ter sido causados pela violência física, a que frequentemente eram submetidos os escravos.

A "loucura" representava outro tipo de violência: a psicológica. Não pode existir dor maior do que a da tortura, humilhação e maus-tratos. Como deveriam se sentir os escravos quando eram separados dos seus entes queridos? A dor da separação deve também ter produzido males psicológicos nos escravos eventualmente separados de seus entes queridos pelo tráfico interprovincial.

Na década de 1860, ao passo que aumentava a incidência de escravos qualificados ou com algum tipo de ocupação, decrescia o número de escravos doentes. Será que estavam sendo vendidos no tráfico interno? Para os oito casos anotados, três eram aleijados ou inválidos; dois foram apontados genericamente como "doentes" ou "adoentados"; um como portador de morféia; um era míope; e outro sofria de "quebradura" - que era uma hérnia ocasionada nos indivíduos que carregavam peso excessivo. Entre as mulheres, nove

²⁵ Karasch, Mary C., A vida dos escravos no Rio de Janeiro..., p. 156.

aparecem como "doentes"; uma possuía "calor do fígado" e, finalmente, uma era descrita como "torta de um olho", resultado certamente de um forte estrabismo.²⁶

Segundo Mary Karasch, a lepra ou morféia era também conhecida como "lepra leonina", assim chamada porque o rosto do indivíduo transfigurava-se com a moléstia, e tornava-se parecido com o de um leão. 27 Era muito pouco provável que um proprietário, visando o lucro, comprasse um escravo debilitado dessa forma; embora não fosse impossível que não soubesse que seus escravos eram portadores de tais doenças, na medida em que, ainda de acordo com Karasch, os primeiros sintomas da morféia podiam "não aparecer durante três a cinco anos e, às vezes, até quarenta anos depois da infecção." 28

Entre os escravos doentes na década de 1870, verifiquei que três eram inválidos ou aleijados, sendo que para um deles consta que a deformidade localizava-se na mão; um sofria de "gota"; um tinha paralisia; um padecia de asma; e, finalmente, um foi registrado apenas como "doente". Entre as escravas, três tinham indicações de algum problema de doença sem especificação; duas tinham asma; duas sofriam de "loucura"; e uma era aleijada.

Nesta década, diferente do que ocorrera em períodos anteriores, novas doenças aparecem, dessa vez respiratórias, como asma, provavelmente relacionada ao ambiente que trabalhavam os escravos; e a paralisia, ocasionada por traumatismo neurológico ou por vírus, como o da poliomelite.

A doença "calor no fígado" está associada à manchas que surgem mais freqüentemente na pele do rosto ou das mãos em decorrência de debilidades hepáticas ou digestivas. Cf.: São Paulo, Fernando, Linguagem médica popular no Brasil, Vol. 01, Salvador, Editora Itapuã, 1969, p. 119.

Karasch, A vida dos escravos no Rio de Janeiro..., p. 233.

²⁸ Idem, p. 235.

Não aparecem escravos doentes nos quatro anos na década de 1880. Identificamos apenas uma jovem escrava cuja doença não foi especificada.

3.3. O Preço do escravo em Fortaleza.

Para a análise dos preços dos escravos em Fortaleza, fazse necessário entender os diversos aspectos que contribuíram para sua oscilação. É importante considerar as correlações existentes entre condições do mercado local as demanda/oferta de escravos; qual foi o impacto dos preços no mercado de escravos depois do fechamento do tráfico internacional de africanos, e mesmo ao longo do tráfico interno, bem como a própria conjuntura econômica. Os preços dos escravos variavam também segundo suas qualidades como o sexo, idades, condições de saúde, e em menor proporções, os ofícios ou ocupações que eles exerciam. 29 Kátia Mattoso, quanto a isso, escreveu: "O preço do escravo é um jogo de variáveis, algumas das quais totalmente alheias ao próprio escravo e outras, ao contrário, intimamente ligadas à sua pessoa".30 A cor ou a procedência dos escravos interferiu muito pouco nos preços dos mesmos, mesmo se considerarmos a insignificância de africanos na província.

A cotação do preço do escravo no mercado era normalmente superior ao da avaliação que acessamos nos inventários.31

Mattoso, Kátia M. de Queirós, "Os escravos na Bahia no alvorecer...",

p. 130. ³⁰ Mattoso, Kátia M. de Queirós, *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 77.

Mattoso, Kátia M. de Queirós, "Os escravos na Bahia no alvorecer...", p. 127; Andrade, Maria José de Souza, A mão-de-obra escrava em Salvador..., p. 164.

Infelizmente não nos é possível precisar a diferença entre o preço da avaliação e o preço real do escravo no mercado de Fortaleza. Outras séries documentais, como as escrituras de compra e venda de escravos, por exemplo, contém informações mais próximas da média do mercado.

A seguir, vemos, separadas por sexo, as médias de preços dos escravos ao longo das quatro décadas, cujas variações ocorreram especialmente em função de suas idades, além dos fatores alheios aos mesmos apontados acima. Obviamente não considerei os preços dos escravos doentes, dos três fugitivos que constam na série, porque seus preços eram infinitamente menores do que os dos escravos com idades similares, o que podia distorcer as médias aqui apresentadas.

Quadro III

Média de preços dos escravos (1850-1884).

HOMENS

Faixas etárias	1850-59	1860-69	1870-79	1880-84	
0-12 meses	100\$000	125\$000	_	_	
1-3 anos	175\$000	150\$000	450\$000	_	
4-6 anos	425\$000	300\$000	225\$000	-	
7-10 anos	625\$000	600\$000	900\$000	250\$000	
11-14 anos	725\$000	700\$000	725\$000	550\$000	
15-18 anos	700\$000	900\$000	800\$000	600\$000	
19-30 anos	800\$000	700\$000	850\$000	600\$000	
31-40 anos	750\$000	950\$000	700\$000	500\$000	
41-50 anos	275\$000	875\$000	450\$000	-	
51-80 anos	162\$500	175\$000	350\$000	_	

Fonte: APEC-COF, Inventários post-mortem, Fortaleza, 1850-1884.

Vê-se que na década de 1860 os escravos alcançaram preços mais elevados, resultado talvez explicado pela prosperidade econômica que a província experimentou com o aumento da cotação do preço do algodão cearense no mercado externo. Os

escravos entre os sete e quarenta anos atingiram preços mais elevados e quase equivalentes. Aí se concentrava a força de trabalho mais produtiva. Nota-se claramente que na escravidão cearense não eram tão significativas as diferenças da média de preços entre um escravo de dez anos e os adultos de quarenta, por exemplo.

Quadro IV

Média de preços dos escravos (1850-1884).

MULHERES

Faixas etárias	1850-59	1860-69	1870-79	1880-84	
0-12 meses	125\$000	125\$000	_	-	
1-3 anos	175\$000	200\$000	125\$000	_	
4-6 anos	300\$000	575\$000	275\$000		
7-10 anos	450\$000	650\$000	550\$000	_	
11-14 anos	750\$000	800\$000	600\$000	350\$000	
15-18 anos	750\$000	800\$000	600\$000	450\$000	
19-30 anos	750\$000	800\$000	550\$000	350\$000	
31-40 anos	450\$000	475\$000	450\$000	275\$000	
41-50 anos	225\$000	350\$000	400\$000	_	
51-72 anos	158\$000	125\$000	90\$000	120\$000	

Fonte: APEC-COF, Inventários post-mortem, Fortaleza, 1850-1884.

Os homens eram preferidos para serem escravizados pela sua capacidade produtiva e, por isso, seus preços eram maiores do que os das mulheres. Contudo, nota-se que nos anos 60, dos 11-14 e dos 19-30 o preço das mulheres é superior. Nos anos 70, as meninas de 4-6 também valiam mais do que os meninos. Vemos também que a média de preços das mulheres decresce consideravelmente a partir da década de 1870, resultado da desvalorização das mesmas em razão dos efeitos da Lei do Ventre Livre. Com já disse antes, as mulheres no Ceará eram valorizadas, acredito que mais pela sua capacidade reprodutiva do que produtiva.

Quadro V

Faixa de preços dos escravos em mil réis (1850-1884).

Décadas	į.	xa 1	l	xa 2	t e	xa 3	Faix		Sem	valor
		-300	l	-600		-900	İ	1\$600		
	$\mid H \mid$	M	H	M	H	М	H	М	H	М
1850-59	75	87	59	59	23	27	14	12	04	03
1860-69	88	71	57	82	47	52	40	20	-	03
1870-79	40	48	41	59	31	23	20	01	06	_
1880-84	07	12	06	14	05	01	02	-	-	1
Total	210	218	163	214	106	103	76	33	10	06
8	18,4	19,1	14,31	18,8	9,3	9	6,7	2,9	0,9	0,5

Fonte: APEC-COF, Inventários post-mortem, Fortaleza, 1850-1884.

Nas duas faixas de preços mais baixas (de 10 a 300\$000 e de 301\$000 a 600\$000) concentra-se a maioria dos escravos da série. Eram majoritariamente crianças e molegues (com idades que variavam de alguns meses a quinze anos, aproximadamente) ou velhos, doentes e estropiados. Entre os sete e os oito anos, os preços das crianças começavam a se diferenciar, elevando-se, para atingir, aos quinze (limite para a idade que estabelecemos para os molegues, de ambos os sexos) o preço em torno de 700\$000 réis. Estes 700\$000 réis eram um valor significativo, podendo equivaler ao preço de um escravo adulto, já formado e em boas condições físicas. Quanto aos escravos idosos e doentes, acima dos quarenta e cinco anos, eles eram em maior número, especialmente na Faixa I. O valor desses escravos diminuía segundo o grau de incapacidade que sofriam. Entretanto, os velhos e doentes, mesmo os inválidos, por menor que fosse sua capacidade produtiva, possuíam sempre um preço, e alguns, apesar de velhos, chegavam a atingir um valor até bastante significativo.

Finalmente, no Quadro V, vemos que a minoria dos escravos valia entre 601\$000 e 1:600\$000 réis. Tratava-se dos cativos com melhores condições físicas, os adultos mais produtivos e com alguma qualificação profissional. Nas Faixas III e IV, a freqüência dos homens era também maior em relação as mulheres, bem como seus preços.

Acredito que os dados referentes às ocupações e preços dos escravos confirmam o caráter periférico da escravidão medida emque vemos poucos escravos cearense, na qualificados, constando de uma imensa maioria sem ocupação declarada e com preços mais baixos em relação a outras provincias. Suponho que, o pequeno indice de escravos doentes e o declínio paulatino dos mesmos ao longo das décadas até a abolição, indicam que a melhor parcela deles que estiveram representados na série, e provavelmente os demais, em piores condições de saúde, foram vendidos pelo tráfico interno.

CAPÍTULO 4

Arranjos entre senhores e escravos: sobre os pecúlios para alforrias

Nas declarações, recibos e documentos avulsos que serviam como prestação de conta dos inventariantes, anexados aos autos dos inventários, aparecem informações adicionais sobre as alforrias dos escravos conquistadas através dos pecúlios. Infelizmente encontrei apenas três registros, em dois dos quais pude observar uma particularidade: os proprietários cearenses deviam dinheiro aos seus escravos e juros incidiam sobre o principal, o que, aparentemente, fazia do escravo um financiador do seu próprio senhor.

Considero importante tentar avançar um pouco mais no entendimento das relações sociais tecidas na escravidão cearense, na qual teria existido um paternalismo particular típico de regiões de pecuária onde os arranjos sociais decisivamente diferiam dos promovidos em outras regiões. Pelo menos foi isso que detectei nos registros de alforrias, visto que as mesmas constituem uma excelente fonte para a análise das relações sociais sob a escravidão.¹

O primeiro caso, é o do escravo Lodugero e seu proprietário José Lázaro da Costa, senhor de mais dois escravos, pequeno produtor rural, casado e pai de um único filho. José Lázaro morava no sítio Água Fria, no Cocó, distrito de Messejana, em Fortaleza. Ludgero, cabra, 38 anos,

Mattoso, Kátia M. de Queirós, Ser escravo no Brasil, São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 187; Bellini, Ligia, "Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria", in: Reis, João José (org.), Escravidão e invenção da liberdade - Estudos sobre o negro no Brasil, São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 78.

ocupado no "serviço do campo", tem sua liberdade decretada a partir da seguinte declaração:

Diz Lodugero Pará da Costa, que tendo ele suplicante, o pecúlio de 300\$000, existente em poder de sua senhora D. Luisa Lopes da Costa, na qualidade de cabeça de casal e inventariante dos bens deixados por seu finado marido José Lazaro da Costa, senhor do suplicante, como mostram os títulos juntos (art. 57 do Dec. nº 5135 de 13 de novembro de 1872); e tendo sido o suplicante avaliado no inventário que se procede por este juizo, na mesma quantia de 300\$000 réis; vem por isso requerer a Vsª que se digne de decretar a sua alforria, mandando-lhe passar a respectiva carta na forma do art. 4 SS 2º da lei 1º 2.040 de 28 de setembro de 1871, e art. 56 SS 1º do Dec. nº 5135 acima citado ouvido o Dr Curador geral dos Orphãos.

Fortaleza, 25 de agosto de 1881."2

Anexos ao inventário constam os recibos do pecúlio:

1-Recebi do meu escravo Lodugero a quantia de cem mil que me deu para principio de sua alforria em moeda corrente e cujo dinheiro pagarei o juro de um por cento até o dia que quizer receber ou para alforria ou para outro negócio. Água Fria, 8 de maio de 1877.

réis 100\$000 seu senhor, José Lazaro da Costa.3

² APEC-COF, Inventário de José Lázaro da Costa, 03 de agosto de 1881, maço 138.

 $^{^3}$ APEC-COF, Inventário de José Lázaro da Costa, 03 de agosto de 1881, maço 138.

2-Recebi do mesmo escravo a quantia de vinte cinco mil réis pagando o mesmo juro como diz o primeiro recibo. Água Fria, 15 de junho de 1878.

reis 25\$000

Seu senhor, José Lazaro da Costa.4

3-Recebi do seu José Theodorico de Castro thezoureiro da Sociedade Libertadora a quantia de cento e vinte mil reis q. faz o completo da de trezentos mil reis valor do escravo Lodugero que fica liberto.

120\$000

300\$000 Ceará, 24 de agosto de 1881.

A rogo de Luiza Lopes da Costa.⁵

Nas dívidas do passivo do inventariado, pode-se ler o seguinte:

"Declarou finalmente a inventariante que seu casal é devedor a seu escravo Lodugero de principal e juros a quantia de cento e oitenta mil réis (180\$000)."

Desde os primeiros tempos da escravidão no Brasil, ainda no século XVII, era assegurado ao escravo, pela tradição, acumular pecúlio. Mas, somente a partir da lei 2.040, de 28 de setembro de 1871, tornou-se um direito do escravo aplicá-

 $^{^4}$ APEC-COF, Inventário de José Lázaro da Costa, 03 de agosto de 1881, maço 138.(O Grifo é meu).

⁵ APEC-COF, Inventário de José Lázaro da Costa, 03 de Agosto de 1881, maço 138.

 $^{^6}$ APEC-COF Inventário de José Lázaro da Costa, 03 de agosto de 1881, maço 138. (Grifo meu).

lo na compra da alforria, independente da vontade de seu senhor, desde que o mesmo cobrisse o valor da sua avaliação.

Em 1881, às vésperas da abolição na província, Lodugero reivindicava de sua senhora ou das autoridades locais seus direitos, respaldado em lei. E, como indicam os recibos, Lodugero já possuía o pecúlio e já o vinha empregando no pagamento de sua alforria desde maio de 1877 e junho de 1878. São estas as datas dos recibos, que o escravo recebeu do seu senhor, referentes ao pagamento de 100\$000 réis e 25\$000 réis, respectivamente.

Faltavam ainda, no entanto, 175\$000 réis para completar o preço da liberdade de Lodugero, que era de 300\$000 réis. A partir desse ponto, a alforria do escravo diferenciou-se das verificadas em outras regiões. Em 24 de agosto de 1881, com a ajuda da Sociedade Cearense Libertadora (SCL), Lodugero obteve 120\$000 réis, quantia, segundo aponta o documento, que faltava para completar o preço do escravo e de sua liberdade. Se somarmos os três valores, 100\$000 réis e 25\$000 réis, como consta nos recibos de Lodugero, e os 120\$000 réis da Sociedade Cearense Libertadora, temos 245\$000 réis e não os 300\$000 réis referentes ao valor da avaliação. Nenhum outro recibo aparece no inventário indicando como os 55\$000 réis restantes foram pagos.

Porém, vimos que havia uma dívida do casal para com o escravo de 180\$000 réis equivalente ao "principal e juros", isto é, um valor que representava a quantia de 125\$000 acrescida dos rendimentos. O acordo entre o escravo e seu

⁷ Sobre o assunto ver, por exemplo, Cunha, Manuela Carneiro da, "Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX", in: Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade, São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986, p. 125; Oliveira, Maria Inês Côrtes de, O liberto: o seu mundo e os outros (1790-1890), São Paulo: Corrupio, 1987, p. 25.

senhor era de uma taxa de 1% ao mês, conforme o recibo de número 1. Logo, nos quatro anos (ou 50 meses) transcorridos entre a data do primeiro recibo e a alforria, os juros corridos sobre o principal renderam ao escravo 55\$000! Assim, ele conseguiu o que faltava para completar o valor necessário à compra da sua alforria.

Vê-se, de forma bastante clara, uma especificidade das relações escravistas no Ceará: o escravo repassava o dinheiro ao senhor para a aquisição de sua alforria, por conta do qual corriam juros! Nota-se aqui uma situação completamente particular, na qual os papéis sociais estavam invertidos, pois, normalmente, recaia sempre sobre os escravos o ônus maior frente as freqüentes negociações para aquisição da alforria, pagas aos senhores às vésperas da abolição.8

Acredito que fosse mais fácil encontrar singularidades como esta em algumas experiências de vida engendradas no cotidiano escravista, emparticular numa escravidão periférica, típica de zona de pecuária, como era a cearense. Considero que as dificuldades econômicas enfrentadas pelos proprietários, a escassez de mão-de-obra, bem existência de pequenas unidades produtivas comuns nessas regiões, interferiam nas relações sociais, estreitavam laços, e estabeleciam práticas caracterizadas por uma proximidade e intimidade maior entre senhores e escravos.

Através do caso de Lodugero, vemos ultrapassado mais um limite das "relações normais" na escravidão. Entretanto, nada ali diferiu muito das já conhecidas estratégias de negociação

⁸ Mendonça, Joseli Maria N., Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil, Campinas: Editora da UNICAMP, 1999, p. 233.

promovidas pelos escravos. Já foram questionadas, e relegadas à falência, as abordagens em que o escravo aparece como vítima passiva, alheio à sua própria vontade e desejos. É sabido que a escravidão não tirou do escravo o seu poder de barganha e sua habilidade para utilizar das circunstâncias que possibilitassem a ampliação dos seus espaços de autonomia.

No caso de Lodugero essas atitudes se evidenciam em dois momentos: primeiro quando ele realiza um singular acordo financeiro, descrito anteriormente, no qual já projetava os resultados para a compra de sua alforria. importante frisar, no auge do abolicionismo na capital, em 1881, o escravo apostava que certamente angariaria apoio do movimento. Vemos aqui, mesmo através de um documento supostamente "frio", o escravo sabendo seduzir, estabelecendo eventuais alianças, tornando-se cúmplice do seu "aproveitando oportunidades e locomovendo-se taticamente no sentido de tornar a sua vida melhor possível". 10

Encontrei em outro inventário, de José Carneiro de Azevedo, mais um caso de alforria através de pecúlio, que me permitiu fazer novas reflexões acerca dos pecúlios dos escravos cearenses.

José Azevedo era produtor rural, casado e pai de três filhos. Dos seus quatro escravos, pelo menos dois, Zacarias e Jachinto, eram libertandos. Zacarias era mulato, tinha 25 anos, e valia 900\$000 réis, só que 250\$000 réis ele já havia dado ao seu falecido proprietário, tendo sido então seu valor anotado a menor - 650\$000 - preço lançado no inventário.

⁹ Reis, João José & Silva, Eduardo, Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista, São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 13.
¹⁰ Bellini, Ligia, "Por amor e por interesse:...", p. 74.

Os recibos comprovando o pagamento do pecúlio do escravo Zacarias encontram-se anexados àquele documento. O primeiro era referente ao valor de 200\$000 réis, datado de janeiro de 1864. O segundo, de 40\$000, que haviam sido pagos em setembro do mesmo ano. Também aqui, como no caso de Lodugero, não constam mais informações, sobre a diferença de 10\$000 existente entre os 240\$000 efetivamente pagos e os 250\$000 declarados como o montante de seu pecúlio. Contudo, se seguirmos os mesmos cálculos, de 1% ao mês, como no caso anterior, temos então praticamente o valor de 10\$000 réis que corresponderia aos juros corridos em oito meses. Penso que não devo descartar a possibilidade desse restante ter sido proveniente de juros corridos por conta do depósito para alforria.

Contudo, nesse caso, o que nos interessa é o teor de um dos recibos:

Recebi de meu escravo Zacarias a quantia de quarenta mil réis em dinheiro corrente que fico em meu poder, e que a entregarei logo que pelo mesmo meu escravo me for pedido; e por ser verdade passo o presente tamsomente por mim assinado.

Sitio do Cambeba, 22 de setembro de 1864. 11

No conteúdo do recibo há claramente uma relação de confiança. Nele evidencia-se que, ao invés de entregar o pecúlio a um companheiro, a amigos, ou mesmo aos seus familiares, Zacarias preferiu depositar o dinheiro nas mãos do seu senhor. Maria Inês Oliveira afirma que, em vários testamentos de africanos, encontrou discriminadas quantias em dinheiro, prováveis pecúlios, que lhes eram confiadas por

amigos ainda escravos. Também esclareceu o papel que as "caixas de emancipação" e irmandades religiosas desempenharam na Bahia no processo de luta dos escravos pela liberdade. 12

Esse registro aqui, portanto, nos aponta, aparentemente, uma relação de estreita cumplicidade entre senhor e escravo, complementares às relações tecidas entre os membros da família escrava ou de um mesmo grupo social que partilhavam de uma experiência comum, a do cativeiro, e que por esse motivo criavam entre si fortes laços de solidariedade. O escravo pareceu possuir com seu proprietário uma relação íntima, que comumente existiriam entre "iguais", isto é, entre escravos, nunca entre senhores e escravos.

Jachinto, o outro escravo de José Azevedo, havia dado "ao inventariado 300\$000 réis por conta de sua alforria". A liberdade do escravo também estava igualmente sob condição. Vejamos o que diz o registro:

"Digo eu abaixo assinado José Carneiro de Azevedo, que entre os mais bens que possuo em mança e pacifica posse livres e desembaraços de Ipoteca, penhora, ou outro qualquer trato, e bem assim um escravo cabra de nação brasileira, e de nome Jacintho, e de idade de dezesete anos incompletos, o qual, forro e como de fato forrado tenho de hoje para sempre, pelo preço e quantia de seiscentos mil reis[...]; tendo eu já recebido em conta de dita alforria a quantia de trezentos mil reis em moeda corrente da mão do pai do mesmo escravo, Lourenço Paz Barreto, cuja alforria faço com condição de o mesmo escravo me trabalhar uma semana, e trabalhar outra

APEC-COF, Inventário de José Carneiro de Azevedo, 31 de maio de 1865, maço 135.(Grifo meu).

Oliveira, Maria Inês Côrtes de, O liberto: o seu mundo e os outros..., p. 27,28.

semana para si até que me pague o resto do dinheiro de dita alforria, que são só de trezentos mil reis que me resta; declaro mesmo que faço dita alforria com condição que dito escravo por minha morte servirá de companhia a minha mulher enquanto viver, isto em atenção também o pouco dinheiro que recebo por sua dita alforria. Este papel ou carta de alforria falte alguma clausa ou clausula, para inteira validade do referido, peço e rogo ao justiça deste Imperio [...] para constar pede ao Sr. José Felix d'Azevedo e Sá, este passace, enquanto me afirmo com os testadores presentes.

Sitio do Cambeba, 22 de setembro de 1864."13

A carta esclarece que Jachinto teria que trabalhar para seu senhor "uma semana" e a outra "semana para si" até que pudesse pagar o restante da sua liberdade, que era de 300\$000 réis. Temos aqui, muito provavelmente, um exemplo do sistema de coartação, mais raro no Brasil, se entendermos sua lógica, herdada do direito espanhol, na qual era estabelecida que o escravo poderia estipular um preço justo e, possivelmente, um prazo para a aquisição da alforria.¹⁴

Adaptada às leis do Brasil, a coartação, aparentemente, era menos favorável para o escravo, pois, na medida em que o senhor estipulava um valor para a compra da alforria, este poderia ser equivalente, superior ou mesmo inferior ao preço de mercado, mas mantido dentro de um prazo de validade limite, findo o qual o escravo não mais poderia comprar sua

 $^{^{13}}$ APEC-COF, Inventário de José Carneiro de Azevedo, 31 de maio de 1865, maco 135.

¹⁴ Schwartz, Stuart B, "A manumissão dos escravos no Brasil Colonial - Bahia, 1684-1745", In: Anais de Assis, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, Ano VI, 1974, p. 104-105; Oliveira, Maria Inês Côrtes de, O liberto: o seu mundo e os outros..., p. 28.

alforria pelo valor anteriormente acertado. 15 Essas regras, no Brasil, entretanto, variaram de uma região para outra. 16

Na carta de Jachinto havia um prazo, que certamente fora estabelecido pelo senhor, ou por ambos, não se sabe ao certo, para que Jachinto tivesse condições de acumular seu pecúlio. Se levarmos em conta a base do jornal de 1\$000 réis, na capital cearense, imagino então que Jachinto teria que trabalhar, no mínimo, 20 meses para pagar os 300\$000 réis restantes. Aqui, talvez, tenhamos um exemplo do tipo de coartação cearense, na medida em que as prestações seriam pagas de quinze em quinze dias, e o tempo para aquisição da alforria seria inferior a quatro ou a seis anos, o que não se verificava em outras regiões.¹⁷

Sabemos da labuta cotidiana e das dificuldades que o escravo tinha que enfrentar para acumular o pecúlio. Decisivamente não era uma tarefa fácil. Demandava tempo, e, também, como vimos, um pouco de "boa vontade" dos senhores. Imagino que, para Zacarias e Jachinto, entretanto, acumular o pecúlio não tenha sido tão difícil, se levarmos em conta os exemplos, em outras regiões, onde havia o costume do escravo ter que suprir, por conta própria, os gastos com sua manutenção, o que significava, comer, morar, etc. Pelo conteúdo da carta de alforria, vemos que, pelo menos Jachinto, certamente, residia na casa do proprietário. Se lembrarmos que sua alforria estava condicionada ao fato do mesmo servir à esposa do seu senhor, isto significava que ele

¹⁵ Idem, ibidem.

¹⁶ Em Minas, cf.: França, Eduardo Paiva, "Um aspecto pouco conhecido das alforrias: a coartação em Minas Gerais no século XVIII." Comunicação livre apresentada no XVIII Simpósio da ANPUH, 1993, p. 03.
¹⁷ Idem, ibidem.

deveria cuidar e estar próximo dela até que a mesma viesse a falecer.

As dificuldades, portanto, eram imensas. Sabe-se que, frequentemente, o Ceará enfrentava crises econômicas cíclicas, que atingiam sua produção. E, seja lá de que forma o escravo estivesse angariando esse dinheiro, pois, infelizmente, não nos é possível saber, não havia como escapar: o pecúlio a ser repassado para o senhor, tornava-se ainda mais minguado, ou seja, para atingir o valor da alforria, o escravo dependia de fatores alheios à sua vontade. O senhor sabia disso, e, certamente, jogava com esta situação.

O que quero demonstrar aqui é que o pecúlio deve ser percebido por vários ângulos e, nas suas diversas possibilidades. Do ponto de vista dos escravos, os pecúlios aqui representados, constituíam-se em um recurso importante, e legal, para a conquista da alforria. Para os senhores, o pecúlio, inegavelmente, representava um forte mecanismo de controle social. O senhor sabia que, ao sinalizar com a possibilidade da alforria, fazia o escravo produzir mais. Havia, portanto, valor investido no escravo, uma peça que, caso contrário, poderia fugir a qualquer momento. Fazia-se, então, necessário a utilização de outras estratégias que não dependessem, apenas, da coerção física para manter o controle e a motivação de sua mão-de-obra.

Acredito que pela própria estrutura da escravidão cearense, e, também, nas demais regiões periféricas, fossem extremamente comum e eficaz, para os senhores, a utilização desse tipo de estratégia, para a obtenção da disciplina dos seus escravos. E, finalmente, o controle sob a alforria, através dos pecúlios, podia não somente representar a

sujeição, e, disciplina dos escravos, mas também, e, sobretudo, a produção de libertos dependentes. 18

A carta de alforria de Jachinto revela-nos, também, que os 300\$000 réis, que compraram parte da alforria do escravo, foram entregues por seu pai, Lourenço de Paes Barreto. Lourenço não apareçe na descrição de bens do inventário. Será que fora também escravo? Ou, escravo de um outro senhor? Ou, ainda, um liberto? Devo, também considerar, a hipótese de Lourenço nunca ter sido escravo. Quem sabe um trabalhador livre do sítio ou um agregado?

No terceiro, e último caso, deparamo-nos com mais um senhor endividado com seus escravos. Percebi, também, neste inventário, com uma situação parecida com a de Lourenço e Jachinto. Com uma diferença, Julião, escravo de José Ferreira Maciel, conquistou seus objetivos. Eis o trecho do inventário:

"Declarou mais dita inventariante que dito seu marido havia ficado devendo ao seu escravo Julião a quantia de quarenta e sete mil e quarenta reis que reconheçerão os herdeiros verdadeira esta divida e pedirão que fosse paga independente de justificação (47\$040)."

Portanto, vemos que o escravo Julião estava depositando nas mãos do senhor um dinheiro, certamente produto de seu trabalho, que seria revertido para compra da alforria. O senhor morreu sem repassar os 47\$040 réis acumulados pelo

¹⁸ Cunha, Manuela Carneiro da, "Sobre os silêncios da lei:...", p. 138. Esta questão também é discutida por Xavier, Regina Célia Lima, A conquista da liberdade: os libertos em Campinas na segunda metade do século XIX, Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, p. 83.

 $^{^{19}}$ APEC-COF, Inventário de José Ferreira Maciel, 19 de janeiro de 1852, maço 134.

escravo. Contudo, a família do senhor pareceu disposta a pagar a dívida. Esta seria a descrição do caso não fosse o termo de declaração assinado pela inventariante e os herdeiros do finado, que encontrei neste mesmo inventário:

Aos vinte e dois dias do mês de janeiro de mil oitocentos e cinquenta e dois nesta povoação de Maranguape termo da cidade de Fortaleza do Ceará-Grande e em casas de residência do juiz municipal de Orphãos o doutor João Carlos Pereira Ibiapina onde eu escrivão de seu cargo ao diante no meu me achava, e sendo ali presente o preto escravo Julião pelo qual foi dito ao dito juiz que tendo sido avaliada a escrava Florência sua filha de idade de um ano por cinquenta mil reis e por que ele desejasse dar-lhe a liberdade, oferecia para isso a quantia de sua avaliação a que ouvido pelo dito juiz, passou a consultar verbalmente a inventariante, herdeiros do falecido José Ferreira Maciel, curador do inventario, os quais declararão que não só não se opunhão a alforria da dita escrava, como eram contentes que ela se efetuasse pelo preço da avaliação(...)"20

Podemos extrair desse caso algumas reflexões. A primeira, que me parece bastante clara, é a afetividade que Julião demonstrava pela filha, que tinha apenas um ano quando foi arrolada no inventário, a ponto de preferir libertá-la ao invés de utilizar o pecúlio para si. Trabalho com a hipótese de que os 47\$040 réis acumulados pelo escravo, quantia que o mesmo emprestou a seu senhor, deve ter sido o mesmo valor

²⁰ APEC-COF, Inventário de José Ferreira Maciel, 19 de janeiro de 1852, maço 134.

revertido na aquisição da alforria de Florência. É sabido que casos como este, de solidariedades compartilhadas entre membros da família escrava, eram bastante comuns no cotidiano da escravidão.²¹

Mas, como já havia dito anteriormente, a dívida do senhor para com o escravo era de 47\$040 réis e, portanto, faltavam 2\$960 réis para que se completasse a quantia necessária ao valor de Florência. Será que os herdeiros perdoaram o restante, ou também temos aqui um outro caso de juros? Infelizmente não encontrei nada no registro que me pudesse auxiliar na resposta desta questão.

De qualquer modo, além de demonstrar sua capacidade de negociação, acredito que o escravo Julião fez um bom negócio com sua senhora e demais herdeiros, pois garantir a liberdade da filha seria a melhor coisa a ser feita. O escravo sabia que ainda iria ter que trabalhar muito para comprar sua liberdade, pois fora avaliado por 400\$000. Além disso, ele poderia estar com receio de que, com a morte do seu senhor, e a abertura do inventário, pudesse ser vendido e afastado da filha.

Mas será que Julião sabia que possuía chances de ver concretizado seu projeto? Talvez investigando mais sobre a vida do escravo e de sua família, possamos responder esta questão.

Julião possuía uma mulher, que se chamava Maria. Pelo testamento de seu proprietário, soube, que o casal vivia junto, na mesma fazenda, onde moravam seu senhor, com mais dez escravos. Entre estes, havia um outro casal de africanos, bem mais velho, Antônio e Maria. Os outros escravos eram:

²¹ Ver, por exemplo, os casos citados por Reis, Isabel Cristina F. dos, História de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX,

Francisco, Raimundo, Jachinto, João (menor de idade); Paula, com "duas crias"; Cosma e Anna; e, por último, a escrava Josefa. Os demais escravos, existentes no testamento, estavam em poder de dois genros do falecido. Com Antônio de Souza, estavam Rita e suas "duas crias"; e, com Alexandre, a escrava Severina, "também, com duas crias". 22

Florência e mais alguns escravos não aparecem no testamento. E nem poderiam, pois este foi lavrado em 1850, antes do nascimento da filha de Julião. Inclusive, um novo casal, que também não consta no testamento, também foi anotado - Francisco e Isabel - ambos com 32 anos, certamente adquiridos entre a feitura do testamento e a abertura do inventário.

Acredito que Florência nasceu e viveu na fazenda, junto com seus pais, uma vez que a maioria dos casais e "suas crias" permanecia junta. Na estrutura da fazenda, aparentemente, havia uma certa permissividade. Permissividade esta, talvez, própria de uma escravidão "estável", que não havia experimentado a reposição da escravaria, na qual, certamente, em 1852, data do inventário, não havia ainda sido atingida pelos efeitos do tráfico interprovincial.

Portanto, talvez houvesse a já discutida aproximação entre a escravidão cearense, que pode ser caracterizada por um paternalismo próprio, falado lá atrás, pensada como um tipo de relação ambígua, da qual se aproveitavam os escravos, sempre que lhes convinha, para verem ampliados seus espaços sociais, onde eram realizados projetos particulares.²³

Salvador: Centro de Estudos Baianos, nº 149, 2001, p. 120-127.

²² APEC-COF, Inventário de José Ferreira Maciel, 19 de janeiro de 1852, maço 134.

²³ Sobre o paternalismo da sociedade escravista ver Genovese, Eugene, Terra prometida: o mundo que os escravos criaram, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988; Lara, Silvia H., Campos da violência: escravos e senhores na

Assim, como muitos crioulos ou escravos nascidos no Brasil, Julião conhecia os códigos sociais. Do ponto de vista do seu senhor, talvez não fizesse diferença libertar Florência, uma vez que, de acordo com os indícios, certamente, esta permaneceria junto aos pais e não mudaria muito sua condição. Mas, o negócio era bom para os senhores, porque, além de deixar Julião satisfeito, estes livraram-se de uma dívida. Contudo, para o casal Julião e Maria, comprar a liberdade da filha, enquanto estivesse pequena, poderia representar um futuro menos sofrido para Florência, diferente da vida que tinham vivido.

Considero que as histórias de Lodugero, Zacarias, Jachinto e Julião colhidas nos autos, guardam em comum o fato de terem emprestado aos seus senhores o dinheiro que conseguiam guardar para comprar a liberdade para si ou para os seus. Sendo assim, ajudam a elucidar um pouco do cotidiano escravista cearense. Um tipo de relação, como afirmei, diferente da que existiu em outras regiões do país, especialmente naquelas onde os escravos representavam um grande percentual da população.

capitania do Rio de Janeiro (1750-1808), Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Especialmente o capítulo intitulado "Conversas com a bibliografia", p. 97-113.

CONCLUSÃO

O estudo dos inventários post-mortem nos permitiu um entendimento melhor dos grupos sociais constituídos por senhores e escravos, em Fortaleza, entre meados do século XIX e a abolição. Foram analisados diversos aspectos ainda muito pouco estudados pela historiografia sobre a escravidão na província. Ressalto, entretanto, que o conjunto dos dados aqui interpretados não visou atribuir a escravidão cearense respostas estanques, mas, principalmente, abrir novos caminhos e possibilidades às reflexões sobre o tema.

Primeiramente, vimos proprietários (as), que os contexto possuidores(as) de escravos, no estudado, provavelmente utilizavam-nos em atividades eminentemente agrícolas. Este dado pode ser inferido, ao longo do trabalho, quando detectamos um número pouco significativo de escravos qualificados, na série. 0s mesmos, representavam, escravos pertencentes a proprietários(as) essencialmente, cujas atividades eram voltadas ao comércio, e, que residiam no centro mais dinâmico da capital. Talvez, por esse motivo, diferente do que ocorria em outras províncias, não houve uma mudança do perfil da escravidão cearense nas últimas décadas do século XIX.

Da análise relacionada ao grupo social constituído pelos escravos chegamos às seguintes conclusões: a inexistência de reposição intensa dos africanos novos pelo tráfico fez com que, no Ceará, a escravidão fosse essencialmente crioula; estes escravos, nascidos no Brasil, aparecem na série sob as mais variadas denominações cromáticas, demonstrando um perfil profundamente mestiço da população cativa; a escassa presença africana e a elevada incidência de mestiços constituem fortes

indícios de que a lei de extinção do tráfico atlântico, de 1850, não deve ter tido tanto peso sobre a abolição cearense quanto teve em outras regiões.

Assim, diferentemente das regiões agro-exportadoras, nas quais havia sempre a necessidade de reposição intensa de escravos, pode-se afirmar que a sociedade escravista cearense apresentava um padrão demográfico próprio das periféricas nas quais o equilíbrio entre os sexos era maior. contribuía equilíbrio para uma elevada fecundidade e de reprodução vegetativa da população escrava, atestada nos registros, pela presença de um considerável índice de crianças. A dependência da reprodução vegetativa da população escrava, bem como da insuficiente presença de jovens e adultos mais produtivos nos plantéis foram aspectos catalizadores da abolição.

Os dados indicaram uma escravidão com poucos escravos qualificados e com um percentual pequeno de doenças entre os mesmos, em se comparando com outras regiões. Embora os números sobre aos preços tenham demonstrado uma maior freqüência de escravos nas faixas mais modestas, acredito que, na série, esteve provavelmente representada a melhor fatia da população escrava cearense, especialmente quanto às condições de saúde.

Própria de regiões onde havia pequenas posses de escravos, como era a cearense, foi também o tipo de relação estabelecida entre senhores e escravos. Ali, uma visível proximidade permeava o relacionamento entre esses dois vetores da escravidão.

Finalmente, é importante frisar que este trabalho procurou seguir os caminhos abertos pela história social da escravidão, especialmente quanto às informações contidas na série dos inventários de Fortaleza. Reconheço, contudo, as

limitações próprias de um trabalho baseado em uma única série documental. Além devido ao do mais, seu caráter essencialmente quantitativo diversas questões colocadas ao longo do trabalho não puderam ser ainda respondidas. A despeito disso, acredito que novos estudos baseados em outras séries documentais possam, somados а esse, esclarecer aspectos ainda pouco abordados nos estudos sobre o tema, e que aqui não nos foi possível discutir.

FONTES

Arquivo Público do Estado do Ceará, Cartório de Órfãos de Fortaleza, Inventários post mortem (1850-1884).

Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, Acervo hemerográfico, Relatórios de Presidentes de Província (1850-1883).

BIBLIOGRAFIA

- ALEGRE, Sylvia Porto, "'Fome de braços' questão nacional: notas sobre o trabalho livre no nordeste no século XIX."

 In: Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, Vol. 16/17, nº 1 e 2, 1985/1986. p. 105-142.
- ALGRANTI, Leila Mezan. O feitor ausente: Estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822, Petrópolis: Vozes, 1988.
- ANDRADE, Maria José de Souza. A mão de obra escrava em Salvador (1811-1860), São Paulo: Corrupio, 1988.
- BELLINI, Ligia. "Por amor e por interesse. A relação senhorescravo em cartas de alforrias", In: REIS, João José (org.), Escravidão e invenção da liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil, São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 73-86.
- BRASIL, Thomaz Pompeo de Souza. Ensaio estatístico da província do Ceará, Tomo I, Edição Fac-Similar, Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.
- CALDAS AULETE,. Dicionário contemporâneo da língua portuguesa,. Volume IV, Rio de Janeiro: Ed. Delta, 1970.
- CAMPOS, Eduardo. Revelações das condições de vida dos cativos do Ceará, Fortaleza: Secretaria da Cultura e do Desporto, 1984.

- ______, Capítulos de história da Fortaleza do século XIX:
 O social e urbano, Fortaleza: Edições UFC, 1985.
- ______, Fortaleza provincial: rural e urbana, Fortaleza: Secretaria da Cultura e do Deporto, 1988.
- CARVALHO, Marcus, J.M de, Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850, Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.
- CASTRO, Antônio Barros de. "A economia política, o capitalismo e a escravidão", in: LAPA, J.R. do Amaral (org.), Modos de produção e realidade brasileira, Petrópolis: Vozes, 1980, p. 67-107.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Das cores do silêncio os significados da liberdade no oeste paulista. Brasil Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- ______, "História social". in: VAINFAS, Ronaldo & CARDOSO,
 Ciro F., Domínios da história: ensaio de teoria e
 metodologia, Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-59.
- _______, "Trabalho familiar e escravidão: um ensaio de interpretação a partir de inventários post-mortem", in: Cadernos do ICHF/UFF, Niterói, n°23, 1990, p. 01-54.
- CHALHOUB, Sidney. Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. "Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias dos escravos no Brasil do século XIX." In: Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade, São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986. p. 123-144.
- Da senzala para os salões (coletânea). Fortaleza: Comissão Estadual do Centenário da abolição. Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988.

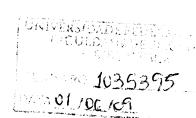
- EISEMBERG, Peter. Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil (Séculos XVIII e XIX), Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.
- ______, Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910, Rio de Janeiro: Paz e Terra/Campinas: UNICAMP, 1989.
- FARIA, Sheila de Castro. A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FLORENTINO, Manolo. Em costas negras uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- , & MACHADO, Cacilda. "Famílias e mercado: Tipologias parentais de acordo ao grau de afastamento do mercado de cativos (Século XIX)." Revista Afro-Ásia, CEAO-FFCH/UFBA, n°24, 2000, p. 51-70.
- & GOÉS, José Roberto. Paz nas senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro, 1790-1850, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- Priore, Mary Del (org.). História das crianças no Brasil.
 São Paulo: Contexto, 2000, p. 177-191.
- FUNES, Eurípedes Antônio. "Negros no Ceará", in: A Nova História do Ceará, Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p. 103-132.
- GALLIZA, Diana Soares de. "Declínio da escravidão na Paraíba.(1850-1888)", Dissertação de Mestrado apresentada à UFPE, 1977.
- GENOVESE, Eugene. Terra prometida: o mundo que os escravos criaram, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- GIRÃO, Raimundo. *Abolição no Ceará*, Fortaleza: Secretaria da Cultura e do Desporto, 1984.

, Cidade da Fortaleza (Filmagem histórica),
Fortaleza: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda
(DEIP), 1945.
, Pequena história do Ceará, Fortaleza: Editora do
Instituto do Ceará, 2ºedição, 1962.
, Geografia estética de Fortaleza, Fortaleza: Edição
do Banco do Nordeste do Brasil, 1979.
, História econômica do Ceará, Fortaleza: Editora
Instituto do Ceará, 1ºEdição, 1947.
GUTIÉRREZ, Horacio. "Crioulos e africanos no Paraná, 1798-
1830", in: LAURA, Silvia H. (org.) Revista Brasileira de
História, São Paulo, v. 08, nº16, mar/ago, 1988, p. 161-
188.
KARASCH, Mary C A vida dos escravos no Rio de Janeiro
(1808-1850), São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
KNOX, Miridan Britto. "A vida escrava: liberdades
consentidas", in: Revista Clio, Série História do
Nordeste, n°15, 1994, p. 153-166.
, Escravos do sertão: demografia, trabalho, relações
sociais. Piauí, 1826-1888. Tese de Doutorado,
Universidade de São Paulo, 1993.
LARA, Silvia Hunold. Campos da Violência: Escravos e senhores
na capitania do Rio de Janeiro. 1750-1808, Rio de
Janeiro: Paz e Terra, 1988.
, "'Blowing in the wind': E.P. Thompson e a
experiência negra no Brasil", São Paulo: Projeto História
(PUC-SP), n°12, 1995, p. 43-56.
LEMENHE, Maria Auxiliadora. As razões de uma cidade: conflito

LEVI, Giovanni. "Sobre a micro-história", in: BURKE, Peter (org.), A Escrita da história: Novas perspectivas, São

de hegemonias, Fortaleza: Stylos Comunicações, 1991.

Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 133-161.



- MACHADO, Maria Helena. "Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão", in: LAURA, Silvia H (org.). Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 08, nº16, mar/ago, 1988, p. 143-160.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. "Os escravos na Bahia no alvorecer do século XIX. Estudo de um grupo social", São Paulo: Revista de História, nº 97, 1974, p. 109-135.
- ______, "Para uma história seriada da cidade do Salvador no século XIX: Os testamentos e inventários como fonte de estudo da estrutura social e de mentalidades", in: Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia, vol. 42, 1976, p. 147-167.
- , Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX, São Paulo: HUCITEC/ Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.
- _____, Ser Escravo no Brasil, São Paulo: Brasiliense, 1990.
- Livre)". in: LARA, Silvia H. (org.). Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 08, nº16, mar/ago, 1988, p. 37-55.
- MELO, Josemir Camilo de. "Ceará: abolição precoce ou crise econômica?", in: Abolição da escravatura no Ceará: uma abordagem crítica, *Caderno do NUDOC*, n°01, Série História, 1988, p. 33-39.
- MENDONÇA, Joseli M. N. Entre a mão, e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.
- MENEZES, Antônio Bezerra de. Descrição da cidade de Fortaleza, Fortaleza: Edições UFC, 1992.

- NEVES, Erivaldo Fagundes. "Escravismo e policultura", in: Revista Clio, Série História do Nordeste, nº15, 1994, p. 73-98.
- NOBRE, Geraldo da Silva. *Ceará em Branco e Preto*, Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1988.
- ______, Amor de branco em tráfico de negros, Fortaleza:
 Arquivo Público do Estado do Ceará, Gráfica Editorial
 Cearense, 1988.
- NOGUEIRA, João. Fortaleza velha: crônicas, Fortaleza: Edições UFC, 1981.
- NOGUEIRA, Paulino. "Presidentes do Ceará", in: Revista do Instituto do Ceará, tomo XII, 1897, p. 34-57.
- OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. O liberto: o seu mundo e os outros, São Paulo: Corrupio, 1987.
- ______, "Quem eram os 'negros da Guiné'? A origem dos africanos na Bahia", in: Revista Afro-Ásia, CEAO-FFCH/UFBA, n°19/20, 1997, p. 37-73.
- ______, "Viver e morrer no meio dos seus. Nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX", in:

 Revista USP, São Paulo, nº 28, 1996, p. 174-193.
- PAIVA, Eduardo França. Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos, dissertação de Mestrado, apresentada à UFMG, 1993.
- , "Um aspecto pouco conhecido das alforrias: a coartação em Minas Gerais no século XVIII", comunicação livre apresentada no XVIII Simpósio da ANPUH, 1993.
- PONTE, Sebastião Rogério. Fortaleza "Belle Epoque": reformas urbanas e controle social, 1860-1930, Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993.

- REIS, Isabel Cristina F. dos. História de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX, Salvador: Centro de Estudos Baianos, nº 149, 2001.
- REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil: História do levante dos malês (1835), São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ______, (org.). Escravidão e invenção da liberdade: Estudos sobre o negro no Brasil, São Paulo: Brasiliense, 1988.
- & Silva, Eduardo. Negociação e conflito: A resistência negra no Brasil escravista, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ______, A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- ______, "Slaves as agents of history: a note on the new historiography of slavery in Brazil." In: Society and History, vol. 51, Set/Dec, 1999, p. 437-445.
- ______, "De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição". In: Revista Afro-Ásia, CEAO-FFCH/UFBA, n°24, 2000, p. 199-242.
- RIEDEL, Oswaldo. *Perspectiva antropológica do escravo no Ceará*, Fortaleza: Edições UFC, 1988.
- SÃO PAULO, Fernando, Linguagem médica popular no Brasil, Vol. 01, Salvador, Editora Itapuã, 1969.
- SCHWARCZ, Lilia M. Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SCHWARTZ, Stuart B. "Brazilian ethnogenesis: mamelucos, mestiços and pardos", École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2-4, June, 1992, p. 01-38.
- ______, Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- ______, "A manumissão dos escravos no Brasil Colonial -Bahia, 1684-1745", In: Anais de Assis, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, Ano VI, 1974. p.71-114.
- SILVA FILHO, Antônio Luiz Macêdo e. Fortaleza: imagens da cidade, Fortaleza: Secretaria da Cultura e do Desporto, Coleção Outras Histórias/ Museu do Ceará, nº 01, 2001.
- SILVA, Pedro. "Declínio da escravidão no Ceará", dissertação de Mestrado apresentada à UFPE, 1988.
- SLENES, Robert W. Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil sudeste século XIX. São Paulo: Nova Fronteira, 1999.
- SOARES, Carlos Eugênio. "Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX", in: LARA, Silvia H (org.).

 Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 08, nº16, mar/ago, 1988, p. 107-142.
- SILVA, Marilena Rosa da. *Negro na rua: a nova face da escravidão*, São Paulo: HUCITEC, 1988.
- TEÓFILO, Rodolfo. *A Fome: violação*, Rio de Janeiro: José Olympio/ Fortaleza: Academia Brasileira de Letras, 1979.
- XAVIER, Regina Célia Lima. A Conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX, Campinas: Área de publicação CMU/UNICAMP, 1996.